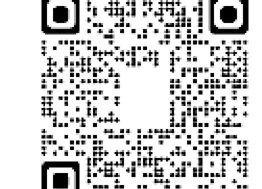
Jornal **O DIA** SP



Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 6, 7 E 8 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.625 | Preço banca: R$ 3,50

Brasileiros ainda não sacaram R$ 7,79 bi de valores a receber

Os brasileiros ainda não sacaram R$ 7,79 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de fevereiro, divulgou na sexta-feira (5) o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R$ 6,23 bilhões, de um total de R$ 14,02 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de fevereiro, 19.037.033 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 30,19% do total de 63.064.184 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 18.044.139 são pessoas físicas e 992.894 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.853.231 são pessoas físicas e 3.173.920 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R$ 10 concentram 63,48% dos beneficiários. Os valores entre R$ 10,01 e R$ 100 correspondem a 25,14% dos correntistas. As quantias entre R$ 100,01 e R$ 1 mil representam 9,65% dos clientes. Só 1,72% tem direito a receber mais de R$ 1 mil. Página 3

Após três anos, governo relança carteira de vacinação infantil

Página 4

Pesquisa indica que 68% da população paulista faz compras online

Página 2

Lula exalta importância da Transnordestina para a economia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou, na sexta-feira (5), as obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu, no Ceará. Ela está com 61% das obras concluídas. Ao discursar, Lula se comprometeu a trabalhar pela conclusão do empreendimento, iniciado em seu primeiro mandato, em 2006, e destacou a sua importância na geração de empregos e barateamento do custo do frete.

"Se depender do governo federal, a gente vai terminar a obra, porque o governo vai cumprir todos os acordos firmados e não vai permitir que faltem os recursos necessários para que a gente possa terminar essa ferrovia", disse, citando os desafios técnicos e políticos que apareceram no desenrolar das obras. Página 3

Autuações da Receita Federal sobem 65% em 2023 e somam R$ 225,5 bi



Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 4

Consumo de serviços de saúde avança 10,3% após pandemia

O consumo de bens e serviços de saúde foi impactado pela pandemia de covid-19 em seu primeiro ano (2020), ocorrendo o mesmo com os demais segmentos de bens e serviços que tiveram queda de 4,4% em volume.

Em 2021, no entanto, o volume do setor de saúde avançou 10,3%, quase cinco vezes mais do que os bens e serviços não relacionados à saúde (2,3%).

Os dados são da pesquisa Conta-Satélite de Saúde 2021, divulgada na sexta-feira (5), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Página 7

Procon-SP faz primeira fiscalização do Protocolo "Não se Cale"

O Procon-SP começou na sexta-feira, 5, a fiscalizar bares, restaurantes, espaços de shows, eventos, casas noturnas e similares, em relação ao cumprimento do Protocolo "Não se Cale", que visa atender mulheres sob risco de sofrerem violência. As normas do "Não se Cale" passam a integrar o checklist regular de fiscalização do Procon-SP, que incluem ainda as leis que regulam as questões do álcool e fumo. Página 2

Esporte

28ª Maratona de São Paulo é uma das atrações esportivas no domingo

Domingo é dia de Maratona Internacional de São Paulo. Uma das mais tradicionais e importantes provas do país, ela reunirá, em sua 28ª edição, milhares de corredores para os 42 km por ruas e avenidas da capital paulista, além de outras três distâncias – 5k, 10k e 21k. A prova, primeira do país a conseguir o Selo World Athletics, começará às 6h10, com largada e chegada no Ibirapuera, ao lado do Obelisco. O evento terá transmissão ao vivo, a partir das 6h, nos canais do YouTube da Yescom, da Olympikus e do Mania de Corrida, pelos links https://www.youtube.com/yescomentretenimento, https://www.youtube.com/@olympikus e https://www.youtube.com/@ManiadeCorrida.

Ao longo de quase três décadas de história, o evento reuniu alguns dos principais nomes das corridas de rua do Brasil e inúmeros destaques do exterior. A Maratona de São Paulo tem o recorde de tempo em uma maratona corrida no Brasil desde 2002, quando Vanderlei Cordeiro de Lima, medalha de bronze em Atenas 2004, venceu a prova com o tempo de 2h11min19. Já a brasileira Marcia Narloch é a atleta com maior número de vitórias, três no total, obtidas nas edições de 1999, 2000 e 2005.

Neste ano, mais uma vez, a Maratona de São Paulo contará com destaques nacionais e de outros quatro países, Uganda, Etiópia, Bolívia e Quênia. No masculino, as atrações são o paulista Ederson Vilela, campeão da Maratona de Curitiba e vice na Volta Internacional da Pampulha no ano passado, o mineiro Renilson da Silva, terceiro colocado na Meia Maratona Internacional de São Paulo 2023 e quarto colocado na Maratona de Foz do Iguaçu em 2023; o também paulista Geilson Conceição, campeão na Maratona de Porto Alegre em 2022 e bicampeão da Maratona de Salvador (2019 e 2021); e Franck Caldeira, campeão da São Silvestre, Volta da Pampulha, entre outras.

Entre os estrangeiros, as feras são o atual campeão, o queniano Vestus Cheboi, que no ano passado foi o 2º colocado nos 10k da Tribuna, o seu compatriota Nicolas Kosgei, vencedor da Tribuna em 2019 e quatro na Kigai International Peace Half Marathon, em Ruanda (2023), o ugandense Moses Kibet, vencedor da Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro e da Meia Maratona Internacional de Guarulhos, ambas em 2023 e o etíope Gosa Seyoum, vencedor da Meia Maratona de Nanjing Xianlin na China em 2023.

Já na disputa feminina, os principais nomes são as quenianas Faridah Chelanga, campeã da Maratona de Curitiba 2023 e oitava na Laos Marathon 2023; Emily Chebet, vencedora da 2ª Meia Maratona Internacional de Guarulhos e vice na Meia Maratona Intl do Rio de Janeiro em 2023; a boliviana, Helen Daniela Baltazar Medina, quarta colocada na Maratona do Campeonato Pan-Americano de Maratona em Caracas (Venezuela - 2023) e a brasileira Renata Moreno dos Santos, quarta colocada na Maratona Internacional de São paulo 2023.

No ano passado, o queniano Vestus Cheboi Chemjor foi o vencedor ao completar os 42 km em 2h15min20s, logo em sua primeira participação. A marca do queniano é um dos melhores da história da competição. No feminino, a etíope Yadeni Alemayehu, levou a melhor, com 2h34min48. Entre os brasileiros, Giovani dos Santos, em quarto lugar (2h23min16) e Marlei Willers (2h46min50) com a segunda posição foram os mais bem colocados do país na 27ª edição da Maratona de São Paulo.

Além do atendimento na Expo Atleta e na entrega de kits, ambas no Pavilhão das Culturas Brasileiras – Pacubra, no Parque Ibirapuera, o staff de 600 pessoas ainda estará à disposição ao longo do percurso para atender aos participantes. Para a maratona, serão 15 postos + largada/chegada com hidratação e banheiros, 14 + largada/chegada com apoio médico, 3 postos + largada e chegada com isotônico e 4 postos + largada/chegada com snacks. As demais distância estão explicadas no site oficial, www.maratonadesaopaulo.com.br.

A prova apresenta números expressivos, que confirmam sua relevância e prestígio. Serão 480 mil copos de água e 5 toneladas de gelo para a hidratação, 2.800 grades, 1300 cones e 1800 cones para delimitar o percurso e acessos. Na parte médica, serão 14 ambulâncias e três motos para atendimento aos inscritos.



Foto/Divulgação

28ª *Maratona de São Paulo*

Estão programadas as largadas da maratona e de outras cinco ondas, assim definidas: **Maratona -** 6h10, Elite A/B, masculino e feminino; 6h15- **1ª ONDA** - Pelotão Premium e Atletas com Deficiência, Pelotão Geral (inscritos para completar a prova até 3h40min), e Pelotão Geral (inscritos para completar a prova entre 3h41min e 4h10min); **6h20 - 2ª ONDA -** Pelotão Geral (inscritos para completar a prova entre 4h11min e 4h40min e Pelotão Geral (inscritos para completar a prova acima 4h41min).

Para os 21k, a programação é a seguinte: **6h30 - 3ª ONDA** – Pelotão Premium e atletas com deficiência; Pelotão Geral (inscritos para completar a prova até 1h40min); e Pelotão Geral (inscritos para completar a prova entre 1h41min e 1h55min); **6h35 - 4ª ONDA -** Pelotão Geral (inscritos para completar a prova entre 1h56min e 2h15min) e Pelotão Geral (inscritos para completar a prova acima de 2h16min); 10k - **6h40 - 5ª ONDA -** Atletas com Deficiência, e Pelotão Geral Corrida 10K; 5k - 6h45 - 6ª ONDA - Atletas com Deficiência e Pelotão Geral Corrida 5k.

Caixa e Comgás apresentam a 28ª Maratona Internacional de São Paulo, uma realização e organização da Yescom, com patrocínio de Olympikus, Assaí, Drogaria São Paulo, Smart Fit, Movida, Itambé e Polpanorte, Powerade, patrocínio especial de 3 Corações, copatrocínio de Montevérgine, Dois Cunhados Hortifruti, Recicla Junto e Cristalcopo e apoio de Bendita Cânfora, Mantiqueira Brasil, Espaço Laser, Antilhas, Copra, Arcor, Mid Zero, Cinépolis, COSAN, Leão, Urbia. O gel oficial é da Black Skull. O hotel oficial é o Intercity Ibirapuera e a agência de turismo oficial é a Maratonas no Mundo. O apoio especial é da Prefeitura de São Paulo, pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. (SEME), Secretaria Municipal de Turismo e SPTuris. A supervisão é da World Athletics, AIMS, CBAt e Federação Paulista de Atletismo. Mais informações no site www.maratonadesaopaulo.com.br

Procon-SP faz 1ª fiscalização do Protocolo "Não se Cale"

O Procon-SP começou na sexta-feira, 5, a fiscalizar bares, restaurantes, espaços de shows, eventos, casas noturnas e similares, em relação ao cumprimento do Protocolo "Não se Cale", que visa atender mulheres sob risco de sofrerem violência. As normas do "Não se Cale" passam a integrar o checklist regular de fiscalização do Procon-SP, que incluem ainda as leis que regulam as questões do álcool e fumo.

Equipes do órgão de defesa do consumidor vão percorrer regiões onde há concentração desses estabelecimentos na capital e em cidades do interior e litoral – algumas das quais já receberam visita de orientação ao longo do primeiro trimestre deste ano.

Não se Cale é SP Por Todas

SP Por Todas é um movimento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para ampliar a visibilidade das políticas públicas para mulheres, bem como a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira que viabiliza serviços exclusivos para elas.

Essas frentes estão nos pilares da gestão e incluem novas soluções lançadas em março de 2024. Um dos destaques é o auxílio-aluguel de R$ 500 para vítimas de violência doméstica. Também houve ampliação do monitoramento permanente de agressores com uso de tornozeleiras; o lançamento do aplicativo SPMulher Segura que conecta a polícia de forma direta e ágil caso o agressor se aproxime; e a criação de novas salas da Delegacia da Defesa da Mulher 24 horas.

O Governo do Estado ampliou linhas de crédito para elas e ampliou a entrega das Casas da Mulher Paulista, que oferecem serviços de apoio psicológico e capacitação profissional. A gestão paulista ainda implementou o protocolo Não Se Cale para acolhimento imediato e combate à importunação sexual em bares, restaurantes, casas de show e similares, formando equipes em um curso online oferecido gratuitamente aos profissionais do setor.

Imprensa – interessados em acompanhar esta primeira ação de fiscalização do Protocolo devem confirmar presença pelo e-mail: imprensa@procon.sp.gov.br. O ponto de encontro na capital é a sede do Procon-SP – Rua Barra Funda, 930, às 19h de sexta-feira (5). No interior e litoral, os locais ainda serão definidos em cada município-sede de regional. Em todos haverá porta-voz disponível para entrevistas.

CPTM terá alterações na circulação do Serviço 710 no sábado (6) e domingo (7)

Os passageiros que utilizam o Serviço 710 – que permite viagens entre as linhas 7-Rubi e 10-Turquesa da CPTM sem a necessidade de transferência de trens na estação Brás – devem ficar atentos a mudanças na circulação de trens que vão ocorrer neste sábado (6) e domingo (7).

As alterações deste fim de semana ocorrem para obras de manutenção e modernização a região da Estação Palmeiras-Barra Funda e para execução de serviços da Prefeitura de São Caetano para reforma do Viaduto Independência.

A partir de 22h do sábado (6) até as 14h de domingo (7), os trens que circulam no sentido Estação Jundiaí utilizam a plataforma 6 na Estação Palmeiras-Barra Funda. Já as composições que partem sentido Estação Rio Grande da Serra usam a plataforma 7.

Os colaboradores das companhias estarão à disposição para auxiliar os passageiros em seus deslocamentos. Todas as mudanças na operação são informadas aos passageiros por avisos sonoros, painéis eletrônicos e sinalização no local. É possível também acompanhar pelas redes sociais da companhia e esclarecer dúvidas pelos canais de atendimento: Central de Relacionamento no 0800 055 0121 ou pelo WhatsApp (11) 99767-7030.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
A maioria dos vereadores que estava no PSDB foi mesmo pro MDB do ex-colega e atual prefeito Ricardo Nunes, candidato à reeleição que espera por quem será vice. Terá o maior tempo de propaganda eleitoral (rádio e tv)

PREFEITURA (São Paulo)
Cansado de dizer que "tivesse sido vice do Covas (PSDB) hoje seria prefeito, no lugar do Ricardo Nunes (MDB)", o comunicador Datena tá filiado ao 11º partido, o PSDB. Gozadores dizem que nunca 'saiu do banco' dos times

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Ex-vereador e ex-presidente da Câmara de vereadores, o ex-deputado estadual Zé Américo (PT) tentará ser eleito pra voltar ao parlamento paulistano. Um dos jornalistas históricos do Lula, estava na Empresa Brasileira de Comunicação

GOVERNO (São Paulo)
Como se estivesse em campanha pela reeleição (2026), Tarcísio (ainda no Republicanos) deu ontem a maior força - via polícias (militar e civil) pra campanha por reeleição do Ricardo Nunes (MDB), com sua GCM, no centro da capital

CONGRESSO (Brasil)
Será que a propaganda "Fé no Brasil" poderá ajudar o deputado Marcos Pereira (Republicanos) - alto clero da Universal - acabar tendo apoio do 3º governo do Lula (dono do PT) pra presidência da Câmara Federal (2025 a 2027) ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
A propaganda governista "Fé no Brasil" terá 2 possibilidades: Lula (dono do PT) conseguir diminuir a rejeição dos fiéis das igrejas cristãs protestantes em seu 3º governo, ou aumentar retóricas, narrativas e discursos das contrapropagandas

PARTIDOS (Brasil)
Refundador e dono nacional do PSD, o ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab segue afirmando que o atual número de 29 pessoas jurídicas de direito privado registrados no Tribunal Superior Eleitoral vai ser reduzido ao máximo de 12 legendas

JUSTIÇAS (Brasil)
Sendo cassado pelo TRE-PR ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que vai fazer o senador (União) Moro? Será que vai dar uma de Bolsonaro (PL) em relação ao futuro político da esposa, eleita por SP que mudou o endereço de volta pro Paraná?

HISTÓRIAS
O jornal "O Dia" de São Paulo completou - no último dia 5 abril 2024 - 91 anos de fundação. Portanto, faltam 9 anos pro centenário de um histórico órgão da imprensa diária, que nasceu na esteira da revolução constitucionalista paulista (1932)

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Pesquisa indica que 68% da população paulista faz compras online

A Fundação Seade conduziu uma análise sobre os padrões de consumo digital no estado de São Paulo que mostra que 68% dos residentes realizaram compras online nos últimos 12 meses. Aspectos como renda, nível educacional e faixa etária exercem influência significativa sobre os hábitos de consumo das pessoas.

Embora 68% da população do estado tenha realizado compras online, em 2022, apenas 31% das pessoas com renda familiar de até um salário-mínimo estavam incluídas nesse grupo, em comparação com 87% daquelas com renda acima de 10 salários mínimos.

O índice de consumo variou significativamente quando levado em conta o ensino, indo de 26% entre os usuários com apenas o fundamental completo para 82% entre aqueles que haviam concluído o nível superior. A variação foi de 37% entre os indivíduos com 60 anos ou mais para 83% entre aqueles com idade entre 30 e 44 anos.

De acordo com a pesquisa da Fundação Seade, eletrônicos e eletrodomésticos destacaram-se como alguns dos produtos mais adquiridos pelos consumidores online, alcançando um índice de 88% entre os entrevistados.

Além disso, o estudo revelou que o consumo digital foi mais prevalente na cidade de São Paulo em comparação ao interior. Esse fenômeno pode ser atribuído ao dinamismo econômico da capital, que se reflete na disponibilidade de oportunidades de geração de renda e consumo, na ampla variedade de produtos e serviços disponíveis online, na infraestrutura de internet de qualidade e na eficiência da logística de distribuição e entrega de mercadorias.

Governo de SP terá Plano de Irrigação e programa de qualificação de jovens

O Governo do Estado de São Paulo prepara um pacote de entregas para o agronegócio paulista a ser anunciado na Agrishow 2024. O principal evento de tecnologia para agropecuária na América Latina ocorre entre os dias 29 de abril e 3 de maio, em Ribeirão Preto. Entre os anúncios estão o Plano Estadual de Irrigação e o programa Agrojovem.

Por meio do Plano de Irrigação, o Governo do Estado disponibiliza linhas de crédito para que agricultores consigam adquirir equipamentos agrícolas. Além disso, oferece apoio técnico aos agricultores por meio dos institutos de pesquisa estaduais. Com isso, o objetivo é aumentar a área produtiva paulista irrigada de 6% para 15% até 2030.

As áreas de agricultura irrigada do País correspondem a menos de 20% da área total cultivada, mas são responsáveis pela produção de mais de 40% dos alimentos, fibras e cultivos bioenergéticos, o que demonstra a importância de política pública que estimule a irrigação nos campos paulistas. Em um cenário de eventos climáticos extremos, ter a lavoura irrigada também significa produção garantida.

Outro destaque preparado para a Agrishow é o lançamento do programa AgroJovem. A iniciativa tem como objetivo promover a participação ativa de jovens no setor agrícola por meio de qualificação.

O norte dos anúncios também será a transição energética. Nesse setor, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento pretende intensificar a produção de biometano.

O secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai, comentou sobre as entregas do governo na Agrishow: "Tivemos em reunião com o governador Tarcísio de Freitas para tratar das entregas da Secretaria para o agro de São Paulo que serão lançadas na Agrishow. Contemplamos muitos itens, principalmente o fortalecimento dos pequenos produtores da agricultura familiar através do Feap (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista)".

As ações da Secretaria de Agricultura para a Agrishow também incluem o incentivo a sistemas integrados de produção, com enfoque na produção de energia limpa. A Agrishow será realizada entre os dias 29 de abril e 3 de maio, na cidade de Ribeirão Preto.

Centro de SP recebe nova companhia de motos do Batalhão de Ações Especiais

O centro de São Paulo ganhou um reforço no policiamento especializado na região. A criação da 3ª companhia da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) do 7º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) foi oficializada na sexta-feira (5) com a apresentação de 80 motocicletas que passam a atuar na área central. O evento foi realizado na sede do Comando Geral da Polícia Militar.

"Hoje nós estamos aqui para fazer uma entrega diferente das demais que fizemos até agora. Ao longo da gestão, no centro de São Paulo, estamos consolidando o conjunto de medidas que já apresenta grandes resultados. Nós priorizamos a retomada do centro de uma das maiores capitais do mundo porque não aceitamos domínio nenhum de território para o crime", disse o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

O governo do estado investiu R$ 11 milhões para a compra das motocicletas BMW F 850 Premium GS. "Elas representam um grande avanço tecnológico, além da robustez que garante ergonomia e segurança aos policiais militares, sendo uma ferramenta importante contra a criminalidade, especialmente em grandes centros, para deslocamentos rápidos em locais de difícil acesso", explicou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Cássio Araújo de Freitas.

Para reforçar a segurança na capital paulista, cerca de 400 policiais já estão atuando na região central. Dos PMs que se formaram no final do ano passado, 300 foram destacados para o centro para compor a divisão tática-operacional. Outros 100 policiais compõem a 3ª companhia Rocam do Baep e 20 a Rocam do 7º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano. "Essa decisão surgiu de uma estratégia no início da gestão, iniciativa da PM, da Operação Impacto na área central que visava aumentar o efetivo de policiais para reduzir os indicadores criminais", lembrou o secretário da pasta.

O governo também entregou durante o evento 97 viaturas para Comando de Policiamento da Capital (CPC) com um investimento de R$ 19,4 milhões. Os veículos Toyota Corolla Cross serão distribuídos de modo a reforçar o policiamento na cidade.

As viaturas estão preparadas para implementos de tecnologia embarcada, potencializando o uso de ferramentas de inteligência policial, e maximizando a velocidade de transmissão de informações com o Centro de Operações da Polícia Militar (Copom).

Uma novidade são as câmeras de leitura de placas acopladas no teto dos veículos. "A leitura é feita de forma automática e quando tem um veículo em movimento ou parado, identificando com base no banco de dados, ele devolve alerta na hora no tablete do policial militar", explicou o capitão Cauã Sarto, da diretoria de tecnologia da PM. O edital prevê a aquisição de 3 mil câmeras para as viaturas policiais.

No fim do evento, com a saída das viaturas, a PM deu início a Operação Impacto Ações Especiais de Rocam, desencadeada em toda a área central, justamente com o efetivo dessa nova Companhia de Ações Especiais, com empenho de mais de 550 policias militares. A operação ocorrerá durante todo dia de hoje.

Revelando SP: inscrições para o festival são prorrogadas até 8 de abril

O Revelando SP prorrogou o prazo de inscrições dos municípios para 8 de abril, próxima segunda-feira. Por meio do edital, disponível no site www.amigosdaarte.org.br, os municípios podem inscrever culinaristas, artesãos e artistas para representar suas tradições. A iniciativa é do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, com gestão e produção da Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Para 2024, o festival foi ampliado e terá cinco edições, começando por Barretos, de 16 a 19 de maio; passando por Iguape, de 13 a 16 de junho; e, na sequência, retornando a São José dos Campos, de 4 a 7 de julho. Presidente Prudente recebe o Revelando SP entre 8 e 11 de agosto e a capital São Paulo fecha o calendário, de 12 a 15 de setembro.

A ampla participação das cidades de todas as regiões é essencial para que a diversidade e a cultura do interior, litoral e da região metropolitana da capital, esteja representada no evento.

O festival, que já teve mais de 55 edições ao longo de quase três décadas, oferece ao público uma viagem pelas tradições do estado de São Paulo, por meio de modas de viola, pratos típicos, expressões da cultura tropeira, catira, congada e muito mais. São saberes passados de geração em geração e que representam a riqueza e diversidade cultural paulista. Além disso, o Revelando SP é ainda palco para a apresentação de grandes nomes da música brasileira.

Em 2023, o Revelando SP teve duas edições, em São José dos Campos e em São Paulo, nas quais estiveram representados mais de 260 municípios, por meio de 127 atividades culturais.

Na culinária, o festival sempre oferece uma infinidade de quitutes, com muitos preparos à base de milho, banana e amendoim; além de compotas, doces cristalizados, bolinhos, pastéis, queijos, sanduíches, galinhada, feijão tropeiro e pratos com nomes e histórias curiosas, que fazem valer uma prosa com os expositores para ter contato com as origens dessas tradições.

Os artesãos, por sua vez, levam ao festival esculturas produzidas nos mais diversos materiais e, ainda, arte sacra, tapetes, bolsas, entalhes, bordados, tecelagem; artes variadas em fibras, cipós, papel e palha, entre outros. Essa iniciativa leva ao público a arte produzida em todo o estado, pelos sertanejos, caiçaras, povos originários e quilombolas.

As expressões artísticas, por fim, se fazem presentes por meio de modas de viola, congada, catira, folia de reis, jongo, fandango, cururu, dança cigana, samba de bumbo, coral indígena, violeiros, música caipira, bonecões etc.

Brasileiros ainda não sacaram R$ 7,79 bi de valores a receber

Os brasileiros ainda não sacaram R$ 7,79 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de fevereiro, divulgou na sexta-feira (5) o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R$ 6,23 bilhões, de um total de R$ 14,02 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de fevereiro, 19.037.033 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 30,19% do total de 63.064.184 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 18.044.139 são pessoas físicas e 992.894 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.853.231 são pessoas físicas e 3.173.920 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R$ 10 concentram 63,48% dos beneficiários. Os valores entre R$ 10,01 e R$ 100 correspondem a 25,14% dos correntistas. As quantias entre R$ 100,01 e R$ 1 mil representam 9,65% dos clientes. Só 1,72% tem direito a receber mais de R$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em fevereiro, foram retirados R$ 215 milhões, queda em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R$ 244 milhões.

Melhorias

A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

Fontes de recursos

Também foram incluídas fontes de recursos esquecidos que não estavam nos lotes do ano passado. Foram acrescentadas contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além dessas fontes, o SVR engloba os seguintes valores, já disponíveis para saques no ano passado: contas-corrente ou poupança encerradas; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; tarifas cobradas indevidamente; e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente.

Golpes

O Banco Central aconselha o correntista a ter cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O órgão ressalta que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos, que não envia links nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

O BC também esclarece que apenas a instituição financeira que aparece na consulta do Sistema de Valores a Receber pode contatar o cidadão. O órgão também pede que nenhum cidadão forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer tal tipo de pedido. (Agência Brasil)

Contas públicas têm déficit de R$ 48,7 bilhões em fevereiro

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado principalmente do déficit do governo federal, em razão da antecipação do pagamento de precatórios em 2024. O setor público consolidado – formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R$ 48,692 bilhões no mês de fevereiro, ante déficit de R$ 26,453 bilhões no mesmo mês de 2023.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas na sexta-feira (5) pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Nos dois primeiros meses do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R$ 53,455 bilhões. Em 12 meses - encerrados em fevereiro - as contas acumulam déficit primário de R$ 268,229 bilhões, o que corresponde a 2,44% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2023, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

Esferas de governo

Em fevereiro último, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R$ 57,821 bilhões ante resultado negativo de R$ 39,238 bilhões em fevereiro de 2023. O montante do déficit difere do resultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de déficit de R$ 58,444 bilhões em fevereiro porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Já os governos estaduais registraram superávit no mês de fevereiro de R$ 7,486 bilhões, ante superávit de R$ 7,542 bilhões em fevereiro do ano passado. Os governos municipais tiveram resultado positivo de R$ 1,160 bilhão em fevereiro deste ano. No mesmo mês de 2023, houve superávit de R$ 4,305 bilhões para esses entes.

No total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram superávit de R$ 8,646 bilhões em fevereiro de 2023 contra resultado positivo de R$ 11,847 bilhões no mesmo mês do ano passado.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - tiveram superávit primário de R$ 483 milhões no mês de fevereiro, contra superávit de R$ 938 milhões no mesmo mês de 2023.

Despesas com juros

Os gastos com juros ficaram em R$ 65,166 bilhões em fevereiro deste ano, um ligeiro aumento em relação aos R$ 64,153 bilhões registrados em fevereiro de 2023. Já de janeiro para fevereiro de 2024, houve uma redução significativa. No primeiro mês do ano, os gastos com juros foram de R$ 79,914 bilhões.

De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grande variações, especialmente negativas, já que os juros são apropriados por competências, mês a mês. Mas nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (*swap* cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros em janeiro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

No mês de janeiro, a conta de *swaps* teve perdas de R$ 10 bilhões, enquanto em fevereiro ficou praticamente estável, com perdas de R$ 0,4 bilhões. Além disso, o mês de fevereiro é mais curto, com três dias a menos, portanto, menos dias para acumular juros, o que também explica essa redução em relação a janeiro.

O resultado nominal das contas públicas – formado pelo resultado primário e os gastos com juros – aumentou na comparação interanual. Em fevereiro, o déficit nominal ficou em R$ 113,858 bilhões contra o resultado negativo de R$ 90,606 bilhões em igual mês de 2023.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R$ 1,015 trilhão, ou 9,24% do PIB, o maior déficit nominal para o período de 12 meses desde janeiro de 2021. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 6,693 trilhões em fevereiro, o que corresponde a 60,9% do PIB. Em janeiro, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 60,1% (R$ 6,565 trilhões).

Em fevereiro deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 8,301 trilhões ou 75,5%, com aumento em relação ao mês anterior (R$ 8,210 trilhões ou 75,1% do PIB). Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais. (Agência Brasil)

Comitês de Bacias Hidrográficas se reúnem para discutir a gestão de rios do PR

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) dos Afluentes do Baixo Iguaçu e do Rio Jordão irão retomar as atividades nos próximos dias. Seguindo as reuniões de outros três CBHs realizadas nesta semana, os encontros têm o propósito de, entre outros itens, apresentar procedimentos que ajudarão na gestão das bacias no Paraná.

As reuniões estão previstas no plano de trabalho da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do Instituto Água e Terra (IAT), órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, que desempenha o papel de agência de água dentro dos comitês com o apoio técnico e financeiro, além de atuar na secretaria-executiva.

Na terça-feira (09), às 9h30, ocorre a 8ª Reunião Ordinária do CBH Afluentes do Baixo Iguaçu. O encontro será virtual, com transmissão pelo YouTube. Na plenária serão discutidos os trabalhos da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão na confecção do termo de referência para a contratação do plano de bacias.

Já na sexta-feira (12), será a vez do CBH Rio Jordão, que terá a partir das 9 horas a 1ª Reunião Ordinária de 2024, de forma presencial. O evento será no auditório da Sanepar em Guarapuava, na região Central do Estado. O endereço é Rua Wilson Luís Silvério Martins, nº 577.

Entre as pautas, destaque para a substituição de representantes, aprovação da ata da reunião anterior, apresentação da proposta de identidade visual/logomarca para o comitê e informes da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. Os CBHs são órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, vinculados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, e têm o objetivo de contribuir para a aplicação da Política Estadual de Recursos Hídricos na sua área de atuação a fim de garantir o controle social da gestão das águas, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 12.726/1999 e Decreto Estadual nº 9.130/2010.

Eles são constituídos por representantes do Poder Público, setores usuários e Sociedade Civil Organizada, os quais compartilham responsabilidades na gestão dos recursos hídricos. (AENPR)

Poupança tem entrada líquida de R$ 1,3 bi em março

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu pela primeira vez no ano, com o registro de mais depósitos do que saques em março. As entradas superaram as saídas em R$ 1,3 bilhão, de acordo com relatório divulgado na sexta-feira (5), em Brasília, pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R$ 324,7 bilhões, contra saques de R$ 323,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 4,9 bilhões. Com isso, o saldo da poupança é de R$ 975,8 bilhões.

No mês anterior, fevereiro de 2024, houve saída líquida (mais saques que depósitos) de R$ 3,8 bilhões, assim como em janeiro (R$ 20,1 bilhões). O resultado positivo do mês de março passado também contrasta com o verificado em março de 2023, quando os brasileiros sacaram R$ 6,1 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida (mais saques que depósitos) de R$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R$ 103,24 bilhões, em um cenário de inflação e endividamento altos.

Os saques na poupança se dão, também, porque a manutenção da Selic - a taxa básica de juros - em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. De março de 2021 a agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano - de agosto de 2022 a agosto de 2023 - a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas para segurar a inflação. De lá para cá, entretanto, o comportamento dos preços fez o BC cortar os juros por seis vez consecutivas, chegando a 10,75% ao ano.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida - mais depósitos que saques - recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal. (Agência Brasil)

Lula exalta importância da Transnordestina para a economia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou, na sexta-feira (5), as obras da Ferrovia Transnordestina, em Iguatu, no Ceará. Ela está com 61% das obras concluídas. Ao discursar, Lula se comprometeu a trabalhar pela conclusão do empreendimento, iniciado em seu primeiro mandato, em 2006, e destacou a sua importância na geração de empregos e barateamento do custo do frete.

"Se depender do governo federal, a gente vai terminar a obra, porque o governo vai cumprir todos os acordos firmados e não vai permitir que faltem os recursos necessários para que a gente possa terminar essa ferrovia", disse, citando os desafios técnicos e políticos que apareceram no desenrolar das obras.

"Essa ferrovia é importante não só porque ela gera empregos, não só porque ela barateia o transporte, não só porque ela facilita a vida de dois estados e de milhões de pessoas. Ela é importante porque o Brasil se transformou num país rodoviário e um país para ser mais produtivo, um país para ser mais leal ao seu povo, ele não pode abandonar a ferrovia para fazer rodovia, não. Ele tem que ter rodovia de qualidade, tem que ter ferrovia de qualidade, tem que ter hidrovia de qualidade, porque nós precisamos ter um sistema intermodal de transporte para utilizar todo o potencial para transportar gente, cargas e para baratear as coisas para o nosso povo", acrescentou o presidente.

Previsão de conclusão

A empresa privada Transnordestina Logística S/A (TLSA), do Grupo CSN, é a responsável pela construção e operação da ferrovia e prevê que ela seja entregue até o primeiro trimestre de 2027.

A Ferrovia Transnordestina - com 1.206 quilômetros - ligará o sertão do Piauí, a partir da cidade de Eliseu Martins, ao porto de Pecém, no Ceará, passando por 53 cidades. O empreendimento é estratégico para o transporte de grãos, minérios, fertilizantes e combustíveis e deverá atuar com três terminais de carga no Ceará.

A infraestrutura logística atenderá, entre outros, o escoamento de grãos da região do Matopiba, formada pelo estado do Tocantins e partes do Maranhão, Piauí e Bahia, reduzindo o custo e dando mais competitividade à produção brasileira no mercado externo.

A Transnordestina é um dos projetos prioritários do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e recebeu, em 2023, investimento de R$ 269 milhões. O empreendimento gera 3,8 mil empregos diretos e indiretos, sendo mais de 90% de mão de obra local.

Segurança hídrica

Durante o evento em Iguatu, o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, assinou a ordem de serviços para as obras do Ramal do Salgado, ligado à transposição do Rio São Francisco. A obra de 36 quilômetros vai conectar Cachoeira dos Índios, na Paraíba, a Lavras de Mangabeira, no Ceará, e deve beneficiar a população em uma região frequentemente atingida por períodos de seca.

O empreendimento também atenderá a região metropolitana de Fortaleza, maior centro urbano a ser beneficiado pelo Projeto da Transposição, e permitirá o abastecimento de cidades cearenses de médio porte, como Lavras da Mangabeira, Aurora, Cedro e Icó.

A construção do Ramal do Salgado reduzirá o percurso em cerca de 100 quilômetros para a adução da água do Rio São Francisco ao Açude Castanhão, por meio dos rios Salgado e Jaguaribe. Atualmente, a transferência emergencial das águas do São Francisco para o açude ocorre por meio do Cinturão das Águas (CAC), a partir da transposição na barragem de Jati.

Maior reservatório de água doce do Ceará, é a partir do Castanhão que a região metropolitana de Fortaleza é abastecida. (Agência Brasil)



Autuações da Receita Federal sobem 65% em 2023 e somam R$ 225,5 bi

As autuações promovidas pela Receita Federal bateram recorde e somaram R$ 225,5 bilhões em 2023, divulgou na sexta-feira (5) o órgão. O valor recorde representa alta de 65% em relação aos R$ 136,7 bilhões autuados em 2022.

Apesar do aumento nas autuações, apenas 5% do valor cobrado entrou nos cofres federais em 2023. Segundo a Receita Federal, isso ocorreu por causa de questionamentos dos contribuintes após a emissão dos autos de infração, tanto na esfera administrativa como em processos judiciários.

Do valor de R$ 225,5 bilhões, informou o Fisco, R$ 215,9 bilhões foram autuados de pessoas jurídicas e R$ 9,6 bilhões de pessoas físicas. O restante refere-se a empresas, principalmente grandes companhias. As empresas de maior porte responderam por 81,3% do total do valor autuado de pessoas jurídicas, R$ 175,6 bilhões.

No ano passado, a Receita monitorou 8.596 empresas de forma diferenciada. Essas companhias representam apenas 0,04% das empresas formais no país, mas respondem por 61% da arrecadação administrada pela Receita Federal. Segundo o relatório, o monitoramento específico resultou em R$ 27 bilhões em créditos tributários (valores a serem recebidos pelo Fisco) por meio de empresas que auto regularizaram a situação e evitaram sanções ou processos na Justiça. Desse total, foram pagos ou parcelados R$ 5,6 bilhões.

Planejamento

Além de apresentar os resultados de 2023, a Receita divulgou o planejamento da fiscalização para 2024. As ações de fiscalização se concentrarão em ajudas indevidas concedidas a empresas do setor de eventos por meio do Programa Perse, com as fiscalizações de uso da ajuda financeira de incentivos estaduais para obter desconto no Imposto de Renda e no mecanismo aprovado no fim do ano passado para coibir abusos na dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Costa Chaves, disse que o órgão pretende ampliar em 2024 as notificações por uso irregular da ajuda, concedida a empresas afetadas pela pandemia. No ano passado, informou a subsecretária "um número muito pequeno" de contribuintes foi notificado, dos quais a metade regularizou a situação voluntariamente. Ela não revelou a quantidade de notificações para o Perse.

Em relação ao JCP, o Fisco pretende concentrar a fiscalização em grandes empresas que usavam o mecanismo, que permite registrar a distribuição de lucros aos acionistas como despesa. Isso na prática reduz o lucro e o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPF) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e tem sido usado por grandes empresas como ferramenta de planejamento tributário, para pagar menos tributos.

Em relação à dedução do IRPJ e da CSLL de ajudas estaduais a empresas, a Receita informou ter notificado 562 empresas por suspeita de irregularidade. No ano passado, o Congresso aprovou uma lei que restringe a utilização das subvenções (ajuda financeira) do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado por estados a investimentos. As empresas podem deduzir do IRPJ e da CSLL a ajuda do ICMS usada para investir (comprar máquinas, equipamentos e fazer obras), mas não para gastos correntes.

A lei aprovada pelo Congresso estabeleceu uma renegociação especial para as empresas que utilizaram o benefício indevidamente e acumularam um passivo de cerca de R$ 90 bilhões. Nesta semana, a Receita publicou a instrução normativa do programa de renegociação, que concederá até 80% de desconto na dívida. O prazo de adesão começa em 10 de abril.

Reforço

O reforço na fiscalização da Receita faz parte da estratégia do governo para elevar a arrecadação e cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas neste ano, com tolerância de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar do compromisso, a Receita Federal informou que não trabalha com metas de lançamento de autos de infração, apenas com a definição dos temas prioritários de fiscalização a cada ano.

A subsecretária de Fiscalização da Receita admitiu que a greve dos auditores fiscais, no fim do ano passado e no início deste ano, impactou o número de autuações. Ela, no entanto, afirmou que justamente a definição de estratégias de fiscalização ajudou a garantir o recorde de autuações no ano passado. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 377ª E 401ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários das 377ª e 401ª séries da 4ª emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, cj 162, Butantã - CEP 05501-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.769.451/0001-08 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, Cidade Monções, CEP 04578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia" ou "Assembleia Geral"), **a ser realizada em 25 de abril de 2024 às 14h, de forma exclusivamente remota e eletrônica por meio da plataforma Microsoft Teams,** conforme amparado na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 11.3 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 377ª e 401ª Séries da 4ª da Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização" celebrado em 3 de novembro de 2021 e aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da Emissão em decorrência da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na cláusula 6.1.2, alínea "w", item "i", subitem "b", do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Nota comercial, em Série Única, para Colocação Privada, da ABV Comércio de Alimentos Ltda.*" celebrado entre a ABV Comércio de Alimentos Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Aquidauana, nº 1.111, Jardim Paulista, CEP 79830-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.757.459/0001-95 ("ABV"), a Emissora, a Arinavi - Administração e Participação Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na cidade de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Aquidauana, nº 1.111, 1º Andar, Sala B, Jardim Paulista, CEP 79830-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.952.397/0001-60 ("Arinavi"), o Ariclenes Bento Vicentin, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 046.471, expedida por SSP/MS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 256.744.981-72, residente e domiciliado na Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Ciro Melo, nº 2380, Jardim Central, CEP 79805-031 ("Ariclenes") e a Eliane Duarte Leão Vicentin, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 000.572.735, expedida por SSP/MS, inscrita no CPF/MF sob o nº 554.079.271-87, residente e domiciliada na Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Ciro Melo, nº 2380, Jardim Central, CEP 79805-031 ("Eliane") em 29 de outubro de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão de Nota Comercial"), na cláusula 4.2.2, alínea "v", item "i", subitem "b", do "*Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*" celebrado entre a Arinavi, a Emissora, a ABV, o Ariclenes e a Eliane em 29 de outubro de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão") e na cláusula 6.2.2, alínea "w", item "i", subitem "b", do Termo de Securitização, bem como em qualquer outra cláusula ou disposição análoga nos demais documentos da Emissão, conforme apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres dos anos de 2022 e 2023, assim como nas demonstrações financeiras anuais auditadas da ABV elaboradas nos anos de 2023 (com relação ao exercício de 2022) e 2024 (com relação ao exercício de 2023), conforme aplicáveis; **b)** Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da Emissão, nos termos das cláusulas 16.1.2, alínea "f", da Escritura de Emissão de Notas Comercial, e 6.2.2, alínea "f", do Termo de Securitização, em decorrência do não cumprimento, pela ABV e pela Arinavi, da obrigação prevista na cláusula 7.1, alínea "i" "e", da Escritura de Emissão de Nota Comercial, e na cláusula 3.1, alínea "i" "e", do Contrato de Cessão, desde a data de celebração da Escritura de Emissão de Nota Comercial e do Contrato de Cessão até esta data; **c)** Aprovar a prévia e expressa anuência e consentimento (*waiver*) em relação ao descumprimento, pela ABV, da cláusula 6.1.2, alínea "w" "i" "b", da Escritura de Emissão de Nota Comercial, da cláusula 4.2.2, alínea "v" "i" "b", do Contrato de Cessão e da cláusula 6.2.2, alínea "w" "i" "b", do Termo de Securitização, bem como de qualquer outra cláusula ou disposição análoga nos demais documentos da Emissão, referente ano-exercício de 2024, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2024, assim como nas demonstrações financeiras anuais auditadas da ABV elaboradas no ano de 2025 (referente ano-exercício de 2024), condicionado ao fato de que o Índice Financeiro (conforme definido no Termo de Securitização), a ser apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2024, assim como nas demonstrações financeiras anuais auditadas da ABV elaboradas no ano de 2025 (referente ano-exercício de 2024) seja de, no máximo, 3,0; **d)** Aprovar a inclusão, nos documentos da Emissão, de (i) vedação à ABV, à Arinavi, ao Ariclenes e à Eliane de abrirem novas filiais, lojas ou estabelecimentos comerciais, exceto pelas filiais inscritas no CNPJ/MF sob os números 04.757.459/0040-00 (Levemax Suparatacado Aquidauana), 04.757.459/0039-68 (Leve Max Superatacado Marcelino Pires) e 04.757.459/0007-80 (Abeve Água Boa) e suas respectivas lojas e estabelecimentos ("Inclusão de Vedação Adicional"). Tal vedação não será aplicável caso o Índice Financeiro (conforme definido no Termo de Securitização) esteja sendo integralmente adimplido, sendo certo que, para o ano-exercício de 2024, será considerado, exclusivamente para os fins da inaplicabilidade da vedação retromencionada, a razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" deverá ser menor ou igual a 2,5x (dois inteiros e cinco décimos) e, para os demais anos-exercícios, serão considerados os parâmetros previstos nos documentos da Emissão; e (ii) obrigação de conclusão da averbação do georreferenciamento do Imóvel Adicional (conforme abaixo definido) na matrícula do Imóvel Adicional no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional (conforme abaixo definido), prorrogável automaticamente por igual período no caso de apresentação de exigências pelo cartório de registro de imóveis competente ("Obrigação de Averbação do Georreferenciamento"); **e)** Aprovar a constituição, pela Arinavi, de alienação fiduciária sobre o imóvel matriculado sob o n° 88.794 perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul ("Imóvel Adicional"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças*", cuja minuta foi disponibilizada aos titulares dos CRI por meio do Material de Apoio ("Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional" e o "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional", respectivamente), sendo certo que o Imóvel Adicional encontra-se em fase de desmembramento, de modo que, caso seja concretizado o desmembramento da matrícula do Imóvel Adicional, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, a definição de Imóvel Adicional passará a englobar, automaticamente, (i) os Imóveis Resultantes do Desmembramento (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional); e (ii) caso um dos Imóveis Resultantes do Desmembramento (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional) seja liberado da garantia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, a Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional vigerá tendo como objeto apenas o Imóvel Resultante do Desmembramento (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional) remanescente. Adicionalmente, a Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional poderá ser terminada ou resolvida, mediante solicitação da Arinavi com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data do efetivo término ou resolução, caso seja atingido o Índice Financeiro (conforme definido no Termo de Securitização) equivalente ou inferior a 2,5x, calculado conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão de Nota Comercial, no Contrato de Cessão e no Termo de Securitização, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional. O Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel deverá ser protocolado e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul nos prazos ali previstos; **f)** Caso seja aprovada a constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, conforme item acima, aprovar a diminuição do Montante da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) da seguinte forme: (i) a partir da data em que a Arinavi comprove à Securitizadora a conclusão do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, e desde que tenha sido apresentado, pela Arinavi à Securitizadora, laudo de avaliação do Imóvel Adicional emitido por um dos Avaliadores Autorizados (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional) em que conste que o valor de venda forçada do Imóvel Adicional é equivalente ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), o Montante da Cessão Fiduciária passará a ser de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e (ii) a partir do último Dia Útil do 6º (sexto) mês contado da data em for concluído o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, e desde que não esteja em curso ou tenha ocorrido qualquer Evento de Vencimento Antecipado e Recompra Compulsória (conforme definido no Termo de Securitização), o Montante da Cessão Fiduciária passará a ser de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (sendo este item "ii" denominado "Redução do Montante da Cessão Fiduciária para 20MM"), conforme previsto na cláusula 3.1.5 do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*" celebrado entre a ABV, a Arinavi e a Emissora em 29 de outubro de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis"); **g)** Caso seja aprovada a constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, conforme item acima, aprovar a liberação de recursos constantes na Conta Arrecadadora de acordo com os seguintes termos e condições: os montantes que eventualmente estejam retidos na Conta Arrecadadora, caso aplicável, na data da Redução do Montante da Cessão Fiduciária para 20MM e que serão liberados à ABV, até o limite de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Valor a Liberar"), permanecerão retidos e serão utilizados mensalmente pela Securitizadora, de forma fracionada, em valores correspondentes à amortização e remuneração dos CRI, conforme cronograma de pagamentos previsto no Termo de Securitização, para a realização do pagamento de cada parcela dos Créditos Imobiliários Nota Comercial (conforme definido no Termo de Securitização) e dos Créditos Imobiliários Locações (conforme definido no Termo de Securitização). De forma a restar claro, (i) tais liberações deverão corresponder ao pagamento das parcelas dos Créditos Imobiliários Nota Comercial e dos Créditos Imobiliários Locações, sendo certo que a ABV e a Arinavi permanecerão responsáveis por todo e qualquer valor que sobejar o Valor a Liberar; e (ii) o Valor a Liberar não será considerado para os fins de apuração e verificação do Montante da Cessão Fiduciária. De forma exemplificativa, caso, na data da Redução do Montante da Cessão Fiduciária para 20MM, o valor dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente retidos na Conta Arrecadadora corresponda, por qualquer motivo, a R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), (a) serão liberados R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) diretamente à Fiduciante; (b) os demais R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) serão utilizados mensalmente pela Securitizadora, de forma fracionada, em valores correspondentes à amortização e remuneração dos CRI, conforme cronograma de pagamentos previsto no Termo de Securitização, para a realização do pagamento de cada parcela dos Créditos Imobiliários Nota Comercial e dos Créditos Imobiliários Locações; e (c) por fim, R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) deverão permanecer retidos na Conta Arrecadadora; **h)** Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no âmbito da presente Assembleia Geral, incluindo, sem limitação, (i) o 1º (primeiro) aditamento à Escritura de Emissão de Nota Comercial; (ii) o 2º (segundo) aditamento ao Contrato de Cessão; (iii) o 3º aditamento ao Termo de Securitização; (iv) o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, conforme previstos e constantes no Material de Apoio à Assembleia Geral; **i)** Aprovar a contratação de escritório de advocacia de primeira linha, conforme informações constantes no Material de Apoio, para a realização da auditoria jurídica sobre o Imóvel Adicional, a análise de determinadas certidões da Arinavi passíveis de emissão por meio da rede mundial de computadores e elaboração dos instrumentos necessários para a implementação das deliberações aqui previstas. Para os fins de clareza, a autoria jurídica realizada por tal escritório terá o escopo restrito do Imóvel Adicional, determinadas certidões da Arinavi passíveis de emissão por meio da rede mundial de computadores e, adicionalmente, serão analisados os documentos societários da ABV e da Arinavi para os fins da verificação dos poderes de assinatura da ABV e da Arinavi no âmbito dos instrumentos retromencionados, sendo certo que a ABV e a Arinavi declararão que as certidões não obtidas previamente à convocação da presente Assembleia Geral não impactam na repactuação dos CRI e/ou na capacidade da ABV e Arinavi de adimplirem com suas obrigações oriundas dos documentos a serem assinados em decorrência das deliberações constantes neste edital. Caso sejam aprovadas as matérias previstas acima, determinados fatores de risco constantes no Termo de Securitização serão atualizados para refletir os ajustes realizados nos demais documentos da Emissão, conforme previsto no Material de Apoio a este instrumento. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI ("Material de Apoio") foi disponibilizado aos Titulares de CRI por e-mail, juntamente com este edital, e está disponível (i) no site da Emissora: (www.virgo.inc); e (ii) no site da CVM (www.cvm.gov.br). A Emissora ressalta que a minuta do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional constante no Material de Apoio é parte integrante e indissociável deste edital, de modo que deve ser integralmente lida e entendida pelos Titulares dos CRI anteriormente à tomada de decisão sobre os assuntos tratados neste instrumento. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia Geral em primeira convocação será com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização) e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme a cláusula 11.8 do Termo de Securitização. A deliberação relativa à Inclusão de Vedação Adicional e da Obrigação de Averbação do Georreferenciamento será aprovada, em primeira convocação, por Titulares de CRI que representem a maioria absoluta dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização) e, em segunda convocação, por Titulares dos CRI que representem, no mínimo, maioria simples dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), presentes à referida Assembleia Geral de Titulares dos CRI, desde que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), conforme a cláusula 11.14 do Termo de Securitização. Já as demais deliberações previstas neste edital serão aprovadas, tanto em primeira convocação quanto em segunda convocação, por Titulares de CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), desde que presentes no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização) na Assembleia Geral, conforme a cláusula 11.15 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para monitoramento@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais; e (d) manifestação de voto, conforme o caso. O Titular de CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, mas necessariamente até o horário de início da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância por e-mail e em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu Material de Apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI por e-mail e na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato social ou estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme previsto na Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia Geral que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia Geral será integralmente gravada.

São Paulo, 5 de abril de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Após três anos, governo relança carteira de vacinação infantil

O Ministério da Saúde lançou, na sexta-feira (5), a 6ª edição da Caderneta de Saúde da Criança. O documento que, entre as principais atribuições, faz o acompanhamento do calendário de vacinação, ficou três anos sem ser elaborado e distribuído para unidades de saúde espalhadas pelo país.

A cartilha traz novidades como a atualização do calendário do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que inclui as doses contra a covid-19, disponível para bebês a partir dos seis meses de idade. Além disso, o ministério prepara uma integração com o aplicativo Meu SUS Digital.

Além de ser um guia para famílias e cuidadores controlarem o ciclo vacinal de crianças, a caderneta, também chamada de Passaporte da Cidadania, traz orientações para reduzir a mortalidade infantil e promover o desenvolvimento saudável dos menores de idade.

"Orienta os responsáveis desde o primeiro momento de vida, orienta sobre as vacinas, sobre todos os cuidados com a criança. É uma caderneta da saúde, da cidadania", disse a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

A ministra Nísia reforçou a importância de a caderneta voltar a ser publicada depois de três anos de interrupção. A retomada do processo de elaboração, impressão e logística se iniciou em março do ano passado. Para ela, o lançamento representa "a retomada de um direito da criança e das famílias".

"Estamos tão felizes com o lançamento desta edição depois de três anos que as famílias não contaram com essa contribuição tão importante para a orientação dos seus cuidados com as crianças que chegam e têm que ser bem acolhidas".

A Caderneta da Criança teve a impressão e distribuição suspensas durante a pandemia de covid-19. A empresa com a qual o ministério havia firmado contrato, na época, alegou dificuldades para conseguir matéria-prima e, eventualmente, entrou em situação de desativação, o que causou o rompimento do contrato.

O livreto é dividido em duas partes. A primeira é direcionada para família e cuidadores. "É a forma que o ministério tem de se comunicar com essas famílias, transmitir informações com base em evidências científicas", explica a coordenadora de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do Ministério da Saúde, Sonia Venancio.

A parte inicial traz ainda informações sobre amamentação, prevenção de acidentes e a importância do afeto, por exemplo.

O calendário de vacinação segue o determinado pelo PNI, prevendo, por exemplo, doses de vacinas contra a meningite (ACWY), tríplice viral (que combate sarampo, caxumba e rubéola), febre amarela, HPV e a pentavalente (contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e influenza).

A segunda parte da caderneta é direcionada para profissionais de saúde, sendo um instrumento que apoia o trabalho das equipes de atenção primária, como registro de consultas e do desenvolvimento das crianças. A coordenadora Sonia Venancio acrescentou que o ministério vai fornecer qualificação online para os agentes aproveitarem melhor o material.

Além disso, a caderneta permite um acompanhamento intersetorial, ou seja, profissionais de outras áreas, como a educação, também podem fazer registros no livreto.

O Ministério da Saúde providenciou 6,5 milhões de Passaportes da Cidadania, o suficiente para todos os bebês nascidos no país em dois anos. O investimento foi de R$ 17.980 milhões.

Metade dos exemplares será distribuída no primeiro semestre de 2024, sendo que para os Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), toda a carga será recebida já até junho. Esses distritos são unidades de responsabilidade sanitária federal correspondentes a uma ou mais terras indígenas.

O ministério faz a caderneta chegar à população por meio das secretarias de Saúde de cidades capitais e pelas secretarias estaduais de Saúde, que as reenviam para os demais municípios. A coordenadora Sonia Venancio detalhou que a entrega foi priorizada nos estados do Norte e Nordeste, que apresentam piores índices de saúde das crianças. No Nordeste, todos os estados já receberam a carga do primeiro semestre.

Os livretos podem ser acessados também pelo site do ministério. São versões para meninas e para meninos.

O lançamento foi no Rio de Janeiro, durante cerimônia de homenagem ao Instituto Fernandes Figueira (IFF), ligado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que completa 100 anos.

Entre os presentes, o pequeno Apolo Aguiar dos Santos, de apenas 11 dias de vida. Filho de Aline de Oliveira e Hugo Teixeira, ele nasceu sob os cuidados do IFF. Os pais receberam um exemplar da caderneta. O bebê é gêmeo de Adonis, que não pôde ser levado, por estar recebendo cuidados de saúde.

Fundado em 1924, Instituto Fernandes Figueira é referência nacional no cuidado à saúde da mulher, da criança e do adolescente. Além de atendimentos, o IFF se dedica à formação profissional e pesquisas científicas. Em 2006, o instituto foi reconhecido pelo Ministério da Educação como hospital de ensino.

Desde 2010, o IFF tem a atribuição de órgão auxiliar do Ministério da Saúde, com a responsabilidade de desenvolver, coordenar e avaliar as ações integradas, direcionadas à área da saúde em âmbito nacional. A instituição abriga o Centro de Referência Nacional da Rede Global de Bancos de Leite Humano (rBLH).

A ministra Nísia Trindade comentou sobre a situação da epidemia de dengue no país. Ela reconheceu que alguns estados apontam declínio do número de casos, mas ressaltou que ainda é preciso ter reforço de cuidados, como o combate a focos do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença, e atendimento aos infectados, principalmente com a forma grave da dengue. (Agência Brasil)



Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ nº 35.814.889/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2023, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 06 de abril de 2024. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	287	13.093
Clientes	6	49.307	47.656
Estoque	–	824	–
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.183	226
Adiantamentos a fornecedores	–	1.016	1.199
Adiantamentos a colaboradores	–	11	–
Despesas antecipadas	8	3.246	2.755
		55.874	64.929
Não circulante			
Clientes	6	34.000	52.000
Despesas antecipadas	8	1.504	1.622
Depósitos judiciais	–	615	30
Impostos e contribuições diferidos	23 (a)	3.679	5.845
Impostos e contribuições a recuperar	7	4	4
Partes Relacionadas	9	814	245
		40.616	59.746
Investimentos em participações	–	–	9
Intangível operacional	10 (a)	300.602	220.658
Intangível próprio	10 (b)	11.476	4.711
Ativo imobilizado	11	5.428	5.196
		317.506	230.574
		358.122	290.320
Total do ativo		413.996	355.249

Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	25.583	88.856
Fornecedores	–	17.382	10.161
Obrigações e encargos trabalhistas	13	4.440	3.559
Obrigações tributárias	14	6.291	1.822
Adiantamento de clientes	15	41.175	31.817
Adiantamento de outorga	16	3.006	2.248
Outras obrigações a pagar	17	1.837	5.474
Obrigações ao poder concedente	–	449	572
		100.163	144.509
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	176.680	70.361
Impostos diferidos	23 (b)	5.842	2.637
Adiantamentos de clientes	15	47.007	65.546
Adiantamento de outorga	16	35.797	38.052
Provisão para perda de investimento	–	144	–
		265.470	176.596
Total do passivo		365.633	321.105
Patrimônio líquido			
Capital social	18	32.871	32.871
Reservas legal		711	–
Reservas de lucros	–	14.781	1.273
Total do patrimônio líquido		48.363	34.144
Total do passivo e patrimônio líquido		413.996	355.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social			**Reserva de lucros**			
	Subscrito	**A integralizar**	**Integralizado**	**Reserva legal**	**Reserva de lucro**	**Lucro acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.871	(16.486)	16.385	–	–	(9.074)	7.311
Integralização do capital social	–	16.486	16.486	–	–	–	16.486
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	10.347	10.347
Reserva legal	–	–	–	–	1.273	(1.273)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.871	–	32.871	–	1.273	–	34.144
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	14.219	14.219
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	–	14.219	(14.219)	–
Constituição da reserva legal	–	–	–	711	(711)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.871	–	32.871	711	14.781	–	48.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita operacional líquida	19	96.436	75.440
Custos dos serviços prestados	20	(42.144)	(48.525)
Lucro bruto		54.292	26.915
(Despesa) e receitas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	21	(25.303)	(13.387)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	(980)	302
Resultado com equivalência patrimonial	–	(153)	(1)
		(26.436)	(13.086)
Lucro antes do resultado financeiro		27.856	13.829
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	127	1.154
Despesas financeiras	22	(5.090)	(3.740)
		(4.963)	(2.586)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		22.893	11.243
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23 (c)	(3.587)	(441)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23 (a) (iii)	(5.086)	(455)
Lucro líquido do exercício		14.219	10.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro do exercício	14.219	10.347
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	14.219	10.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.892	11.243
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre mútuos	186	468
Apropriação de encargos sobre empréstimos	22.609	14.140
Amortização do Intangível	7.306	3.987
Depreciação	726	372
Equivalência patrimonial	153	–
Impostos diferidos	284	–
	54.157	30.210
Variações nas contas patrimoniais		
Clientes	16.347	17.601
Estoque	(824)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(957)	(14)
Adiantamentos a fornecedores	183	(552)
Adiantamentos a colaboradores	(11)	–
Despesas antecipadas	(373)	(3.090)
Depósitos judiciais	(585)	(30)
Fornecedores	7.221	5.325
Obrigações e encargos trabalhistas	1.107	2.218
Obrigações tributárias	656	726
Adiantamentos de clientes	(9.181)	(20.225)
Adiantamentos de outorga	(1.497)	(2.249)
Obrigações ao poder concedente	(123)	243
Outras obrigações a pagar	(3.635)	4.260
	8.329	4.213
Disponibilidades geradas pelas operações	62.485	34.423
Juros pagos	(23.442)	(10.881)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	39.043	23.542
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital nas coligadas	–	(9)
Custo de ativação do intangível	(94.015)	(111.048)
Aquisições do Imobilizado	(958)	(3.931)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(94.973)	(114.988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros		
Captação de empréstimo e financiamento	146.791	95.945
Amortização de empréstimos e financiamentos	(102.912)	(8.670)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	43.879	87.275
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Capital social	–	16.486
Captação de mútuo com acionistas	10.400	–
Pagamento de mútuo com acionistas	(10.586)	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(569)	(705)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(755)	15.781
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(12.806)	11.610
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	13.093	1.483
No final do período	287	13.093
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(12.806)	11.610

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receitas		
Gestão de parques	102.779	74.435
Outras receitas	499	8.238
	103.278	82.673
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(39.526)	(42.103)
	(39.526)	(42.103)
Valor adicionado bruto	65.752	40.570
Depreciação e amortização	(8.031)	(4.018)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	55.721	36.552
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	(153)	(1)
Receitas financeiras	133	1.210
Valor adicionado total a distribuir	55.701	37.761
Distribuição do valor adicionado	55.701	37.761
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	5.850	4.039
Benefícios	2.042	1.804
FGTS	1.898	1.353
	9.790	7.196
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	20.287	11.276
Estaduais	168	120
Municipais	1.877	1.271
	22.332	12.667
Remuneração de capital de terceiros:		
Juros	2.145	3.480
Aluguéis	4.087	3.796
Outras rem.	3.127	275
	9.360	7.551
Remuneração de capital de próprio:		
Lucro retido	14.219	10.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Em 8 de março de 2019, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. **("Construcap")** sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional nº 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25. O capital social da Sociedade foi subscrito o valor de R$ 32.871 mil e integralizado pelo acionista sua totalidade. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R$ 70.501 mil, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R$ 1.338.103.615,56 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), no prazo total de 35 anos. A Sociedade vem executando as obras e serviços de engenharia conforme o Contrato de Concessão e seus aditivos, sendo que os principais investimentos já foram iniciados e continuarão ocorrendo nos próximos exercícios. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza, realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos munícipes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de conservação, onde a natureza é a principal protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, *playgrounds*, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público aos visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, realização de eventos, ações de patrocínio e marketing, cessão de área para serviços, atividades e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assumiu a administração pública dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 20 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. Os Parques Jacinto Alberto e Jardim da Felicidade em 15 de novembro de 2021. Cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, recuperar edificações e áreas verdes, além de melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Caderno de Encargos da Concessão e os Planos Diretores de cada parque, limitado àquilo de responsabilidade da Sociedade. A Sociedade já iniciou o Programa de Intervenções nos Parques, conforme propostas apresentadas no Plano de Intervenções e cronogramas estabelecidos com o Poder Concedente para cada Parque, além de realizar ações corretivas, reparos e melhorias de manutenção. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2024. **3. Práticas contábeis materiais adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, elas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais pelo fato de não haver processos ou reclamações processuais em que a Sociedade é diretamente responsabilizada nas esferas: cível, trabalhista e tributária. A Sociedade possui uma ação popular movida por C. H. com o objetivo de obter a declaração de nulidade dos atos de encerramento de aulas e de substituição do plano pedagógico da Escola de Música do Auditório, com valor de causa atribuído em R$1.500.000,00, classificada como perda possível, mas com emissão de Parecer do Ministério Público de São Paulo opinando-se de maneira favorável, em sede preliminar, à extinção do processo e, no mérito, à improcedência da ação popular. Além disso, as demais reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. O saldo somado desses processos em 31 de dezembro de 2023 é o montante de R$ 1.941.519. A Sociedade, nos termos da legislação trabalhista vigente, pode, eventualmente, ser acionada por conta de processos ou reclamações trabalhistas movidas por empregados de empresas por ela subcontratadas, e não sanadas pela empresa responsável, sem prejuízo da análise de mérito. As referidas reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. Adicionalmente, a Sociedade adota mecanismos para que suas subcontratadas sigam a legislação trabalhista, além de realizar retenção de valores a título de caução como forma de mitigar sua exposição nos processos. O saldo desses processos em 31 de dezembro de 2023 é o montante de R$ 174.580. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento da Outorga Fixa, já realizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre os empréstimos e gastos pertinentes às melhorias previstas no objeto da Concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. Trata-se de intervenções reversíveis ao bem público, nos termos da legislação aplicável e dos encargos o Contrato de Concessão. O intangível em constituição, portanto, segue a lógica de arcar com os referidos encargos e gerar fluxo de caixa futuro. Além disso, valores gastos a título de estudos, projetos, mão de obra especializada e planos estratégicos, entre outros, também foram adicionados ao intangível. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base do método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas medias de depreciação aplicadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 15. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade celebrou o contrato para cessão do direito de uso da área de Estacionamento, para fins de investimento, modernização e exploração econômica, mediante pagamento de taxa de adesão à infraestrutura na assinatura do contrato e pagamentos recorrentes anuais. A apropriação da receita oriunda do pagamento *upfront* é realizada pelo período do contrato. O valor pago é classificado como passivo circulante e, quando superior a 12 meses após a data do balanço, como passivo não circulante. Isso foi feito com o contrato de cessão de área para instalação futura de infraestrutura de distribuição de sinal de telefonia. Nota 16. **g. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere a Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é efetuada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que deverá ser apurado sobre a Receita Operacional Bruta. Há duas outorgas variáveis, uma de percentual fixo de 1,12% e outra variável, que pode ir de 1% a 0%, mediante avaliação de indicadores de desempenho determinados conforme anexo V do Contrato. Neste caso, não há ativação do custo no Intangível, sendo contabilizada como custo operacional de cada exercício no resultado operacional da Sociedade. **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível *(Impairment)* para o presente exercício. **i. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **j. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **k. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Todos os aportes de capital obrigatórios segundo o Contrato de Concessão já foram executados conforme prazos e condições ali dispostos. **l. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **m. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** Identificação do contrato; **2)** Identificação das obrigações de desempenho; **3)** Determinação do preço da transação; **4)** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **5)** Reconhecimento da receita. Essas operações estão, atualmente, relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, as responsabilidades e direitos, sobre os Parques. O Parque Ibirapuera possui quase a totalidade dos atrativos, demanda de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos à Concessionária. **n. Contas a receber:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando- se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **p. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (nota 12). **q. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **r. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no período findo em 31 de dezembro de 2023. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda de cada Parque pelo período da concessão de 35 anos. **3.1. Principais práticas contábeis adotadas: a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Sociedade. A Sociedade efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro:** i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Sociedade. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two:* Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two.* A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*. A Administração determinou que a Sociedade não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis anuais da Sociedade. **3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: **a)** Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **c)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **d)** Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024. Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações finais à IAS na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Sociedade não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **4. Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção e operação. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção ou operação indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** A Sociedade está exposta à taxa de juros e ao CDI relativo às debêntures emitidas. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **d. Gestão de Capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e bancos	287	158
Aplicações financeiras	–	12.935
	287	13.093

6. Clientes:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Patrocínio	66.002	83.388
Reequilíbrio	13.439	10.370
Cessão de espaço	1.667	5.418
Outros valores a receber	2.199	480
	83.307	99.656
Circulante	49.307	47.656
Não circulante	34.000	52.000

Os créditos são derivados de cessão de espaço nas dependências do Parque Ibirapuera, bilheteria do planetário e patrocínio. Não há títulos vencidos, e a Administração não tem indícios ou espera que incorra em perdas na sua realização. A Sociedade pleiteou perante o Poder Concedente o reequilíbrio econômico-financeiro sobre o contrato de concessão atualizado no valor de R$ 13.439, atualizado conforme regramento contratual até 31 de dezembro de 2023.

7. Impostos e contribuições a recuperar:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Créditos de Pis e Cofins	705	158
IRRF a recuperar	230	–
INSS a recuperar	164	–
IRPJ e CSLL a recuperar	84	68
ISS a recuperar	4	4
	1.187	230
Circulante	1.183	226
Não circulante	4	4

8. Despesas antecipadas:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PMI - Project Management (*)	790	816
Outras despesas antecipadas	3.960	1.427
Eventos futuros	–	2.134
	4.750	4.377
Circulante	3.246	2.755
Não circulante	1.504	1.622

(*) Refere-se a valores pagos a títulos de ressarcimento aos autores dos estudos iniciais aproveitados em razão do chamamento público nº 001/2017 - SMDP, está contabilizado como despesa antecipada e será amortizado durante o período da concessão.

9. Transações com partes relacionadas:

No Ativo não circulante		**31/12/2023**	**31/12/2022**
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	664	245
AFAC	Maria É Dia Franquia de Impacto S.A.	150	–
		814	245

No Intangível		**31/12/2023**	**31/12/2022**
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Prestação de Serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	41.663	56.518
		41.663	56.518

No Passivo		**31/12/2023**	**31/12/2022**
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Fornecedores	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	9.272	956
		9.272	956

Natureza de serviços prestados pela Construcap CCPS: Serviços executados em obras civis, incluindo demolição, construção, reforma e manutenção, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, a fim de melhorar e ampliar a infraestrutura dos Parques, seus caminhos, a acessibilidade, seu imobiliário, a sinalização e a comunicação visual, as estruturas de serviços e apoio aos usuários e de apoio operacional. **10. Ativo intangível:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque; • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no anexo Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de maneira proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 12. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos em cada parque. A partir do momento em que esses investimentos são concluídos, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira; • Gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária; • Taxa média utilizada a amortização no trimestre:

	Ibirapuera	**Lajeado**	**Tenente**	**Eucaliptos**	**Jacintho Alberto**	**Jardim da Felicidade**
Taxa média exclusiva	2,473%	2,355%	2,355%	2,401%	2,434%	2,434%
Taxa média comum	2,428%	0,010%	0,010%	0,004%	0,016%	0,004%

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



→★ continuação

Notas explicativas da Administração ás demonstrações contábeis da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

10. (a) - Intangível operacional:

Composição:

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização Acumulado	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	70.501	(5.574)	64.927	66.650
Material	14.230	–	14.230	13.218
Melhorias de infraestrutura	141.908	(4.981)	136.927	95.571
Desenvolvimento	43.159	(1.238)	41.921	22.606
Juros capitalizados	42.247	(1.377)	40.870	20.841
IOF capitalizados	1.819	(92)	1.727	1.772
	313.864	(13.262)	300.602	220.658

Movimentação:	31/12/2022	Adições	Amortização	31/12/2023
Direito de outorga da concessão	66.650	–	(1.723)	64.927
Material	13.218	1.012	–	14.230
Melhorias de infraestrutura	95.571	44.439	(3.083)	136.927
Desenvolvimento	22.606	20.150	(835)	41.921
Juros capitalizados	20.841	20.834	(805)	40.870
IOF capitalizados	1.772	–	(45)	1.727
	220.658	86.435	(6.491)	300.602

10. (b) - Intangível próprio:

Composição:

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização Acumulado	Líquido	Líquido
Softwares	5.443	(815)	4.628	4.711
Marcas e Patentes	79	–	79	–
Intangível em Formação	6.769	–	6.769	–
	12.291	(815)	11.476	4.711

Movimentação:	31/12/2022	Adições	Amortização	31/12/2023
Softwares	4.711	732	(815)	4.628
Marcas e Patentes	–	79	–	79
Intangível em Formação	–	6.769	–	6.769
	4.711	7.580	(815)	11.476

11. Ativo imobilizado:

Composição:

	31/12/2023			31/12/2022	Taxa médias anuais
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	de depreciação
Máquinas e equipamentos	4.573	(620)	3.953	3.600	10%
Móveis e utensílios	666	(126)	540	517	10%
Equipamentos de informática	1.250	(385)	865	999	20%
Veículos	8	(5)	3	5	20%
Instalações	85	(18)	67	75	10%
	6.582	(1.154)	5.428	5.196	

Movimentação:	31/12/2022	Adições	Depreciação	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	3.600	764	(411)	3.953
Móveis e utensílios	517	84	(61)	540
Equipamentos de informática	999	110	(244)	865
Veículos	5	–	(2)	3
Instalações	75	–	(8)	67
	5.196	958	(726)	5.428

12. Empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Banco Bradesco S.A. (a)	Capital de Giro	CDI + 3,02% a.a.	–	88.220
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (b)		5,55% e TLP+ 4,50% a.a.	116.602	–
Itaú S.A. (c)	Debêntures	CDI + 3,27% a.a.	70.479	70.491
Banco ABC	Conta garantida	CDI + 3,65% a.a.	10.120	
Banco Bradesco S.A.	Conta garantida	CDI + 4,89% a.a.	4.705	–
Daycoval Leasing - Banco Multipli S.A.	Leasing	–	66	152
Banco Santander S.A.	Leasing	–	336	354
(–) Ajuste a Valor Presente - Leasing			(45)	–
			202.263	159.217
Circulante			25.583	88.856
Não circulante			176.680	70.361

*CDI - Certificado de Depósito Interbancário; *TLP - Taxa de longo prazo. (a) O saldo devedor dos empréstimos de capital de giro captados junto ao Banco Bradesco foi liquidado durante o exercício. (b) Em dezembro de 2022, a Sociedade, assinou, junto ao BNDES, o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental, no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019. O montante está sendo desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois subcréditos, sendo R$ 80.000 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R$ 70.000 oriundos do FINEM. Esta operação não só qualifica a estrutura de capital da Sociedade, como reforça seu compromisso socioambiental. • Em março, maio e agosto de 2023, os valores de R$ 71.500, R$ 9.000 e R$ 34.000 respectivamente, foram creditados à Sociedade conforme a linha de crédito com o BNDES e utilizados para fazer frente aos investimentos previstos no projeto. (c) Em dezembro de 2022 a Sociedade emitiu de 70 mil debêntures não conversíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 70.000 - (2023 - R$ 70.479) em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação parcial do empréstimo ponte celebrado com a instituição Banco Bradesco, investimentos contratuais da concessão entre outros usos.

As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2023	2022
2024	–	2.272
2025	18.151	8.557
2026	18.698	8.557
2027	19.526	8.551
2028	20.431	8.485
2029	21.420	8.485
Demais anos	78.453	25.454
	176.680	70.361

Garantias da operação: Em relação à Escritura de Debêntures com o Banco Itaú BBA, as garantias estabelecidas foram: (i) Aval corporativo no formato de garantia fidejussória, pela acionista, até o *completion* físico e financeiro do Projeto, conforme parâmetros previstos na Escritura; (ii) cessão fiduciária de recebíveis (iii); e alienação fiduciária de ações emitidas pela Sociedade. A Sociedade encontra-se adimplente com relação à obrigações financeiras e não financeiras estipuladas na escritura na emissão de Debêntures. **Cláusulas restritivas contratuais:** Há *convenants* financeiros da Sociedade vinculados ao contrato de empréstimo com BNDES e da Debênture com o Banco Itaú BBA, conforme cláusula vigésima oitava da Escritura de Emissão, que prevê que deverá ser mantido minimamente o valor do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,30, com medição a partir de 2025, e conforme parágrafo décimo do contrato com o BNDES que estabelece os seguintes requisitos: • Para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada exercício social deverá observar os seguintes indicadores: (a) Quando o ICSD for igual ou superior a 1,50, a cliente poderá distribuir recursos, independentes de anuência prévia do BNDES. (b) Quando o ICSD for inferior a 1,50 e igual ou superior a 1,3, a cliente poderá distribuir 25% do resultado, independentes de anuência prévia do BNDES. (c) Quando o ICSD for inferior a 1,30 fica vedada a distribuição de resultado pela cliente, sem anuência prévia do BNDES. (d) Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser realizada a comunicação prévia ao BNDES do valor a ser distribuído, com a comprovação do atendimento dos requisitos mencionados nas alíneas anteriores.

Cálculo do ICSD:

ICSD = GOC / SD

GOC = EBITDA ajustado (–) Impostos sobre o lucro
(a) (b)

(a) **EBITDA ajustado =** lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos (+) depreciação e amortização;

(b) **Impostos sobre o lucro =** total do IRPJ e CSLL corrente;

(c) **Serviço da dívida (SD) =** Amortização de principal (+) juros dos empréstimos.

Cálculo:

EBITDA ajustado	35.888
Impostos sobre o lucro	(3.587)
GOC =	32.301
Serviço da dívida (SD) =	24.293
ISCD =	1,33

Conforme exposto acima, embora não tenha havido o *completion* físico do projeto, os *covenants* financeiros dos dois contratos de financiamento estão sendo respeitados.

13. Obrigações e encargos trabalhistas:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	1.831	1.487
Salários a pagar	962	888
INSS a recolher	816	506
Provisão de encargos sobre férias	654	557
FGTS a recolher	167	121
Pensão alimentícia	6	–
Contribuições sindicais	4	–
	4.440	3.559

14. Obrigações tributárias:	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a recolher	3.778	241
Impostos sobre faturamento	1.036	526
IRRF retido sobre folha	582	356
Pis/Cofins/CSLL retidos	470	400
INSS retido	317	178
ISS retido	108	80
IRRF retido	–	41
	6.291	1.822

15. Adiantamento de clientes:	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínio	84.192	95.496
Cessão de espaço	3.189	1.006
Infraestrutura	801	861
	88.182	97.363
Circulante	41.175	31.817
Não circulante	47.007	65.546

16. Adiantamento de outorga:	31/12/2023	31/12/2022
Outorga de estacionamento	38.803	40.300
Circulante	3.006	2.248
Não circulante	35.797	38.052

Em 30/09/2020, a Sociedade celebrou o Contrato de Cessão de Direito de Uso de Área para a Exploração Econômica de Estacionamento com a Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo"), com prazo de 20 anos e início de vigência a partir de 04/11/2020. A remuneração inicial paga na assinatura do contrato será diferida durante a sua vigência.

17. Outras obrigações a pagar:	31/12/2023	31/12/2022
Cauções	1.791	2.234
Outras obrigações a pagar	46	3.240
	1.837	5.474

As retenções de caução são retenções contratuais de valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço: **18. Patrimônio Líquido: 18.1. Capital social:** O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizados. **18.2. Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. **18.3**. **Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme a Escritura da Emissão de Debêntures, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer após a conclusão Físico-Financeira do Projeto, portanto, a partir do encerramento do ano de 2024, ou caso não esteja em curso qualquer inadimplemento de suas obrigações, desde que (i) os Investimentos Obrigatórios estejam finalizados, (ii) não haja qualquer inadimplemento (pecuniário ou não) da Emissora e/ou da Fiadora no âmbito da Escritura; e (iii) a Emissora comprove situação economicamente favorável, sendo certo que a posterior liberação para distribuição de dividendos não poderá gerar um Efeito Adverso Relevante, nos termos da Escritura. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos. **18.4. Lucro por ação:** A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2023	31/12/2022
Total de ação ordinárias	32.871	32.871
Lucro líquido	15.492	1.273
Lucro líquido por ação	0,47	0,04

19. Receita operacional líquida:	31/12/2023	31/12/2022
Publicidade e patrocínio	42.861	35.581
Cessão de uso de espaço	40.595	27.597
Locação de equipamentos	12.347	8.974
Eventos e atividades	3.291	1.994
Reequilíbrio	3.069	638
Construção	1.479	7.268
Mobilidade	560	–
Tecnologia	478	118
Outros	1.688	171
Vendas Canceladas	(2.110)	–
Receita bruta	104.258	82.341
(–) Deduções sobre faturamento		
Tributos sobre faturamento	(6.659)	(5.979)
Outorga sobre faturamento	(1.163)	(922)
	(7.822)	(6.901)
Receita líquida	96.436	75.440

20. Custos dos serviços prestados:	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	(25.041)	(27.123)
Amortização	(6.490)	(3.987)
Pessoal	(5.273)	(6.083)
Aluguéis	(1.651)	(3.465)
Materiais	(1.171)	(1.255)
Seguros	(872)	(710)
Outros	(1.646)	(5.902)
	(42.144)	(48.525)

21. Despesas comerciais, gerais e administrativas:	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(10.182)	(5.537)
Serviços prestados	(8.924)	(6.474)
Aluguéis	(2.327)	(331)
Depreciação	(726)	(344)
Amortização	(815)	–
Outras despesas	(2.329)	(701)
	(25.303)	(13.387)

22. Resultado Financeiro:

Receitas financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre aplicações financeiras	80	657
Descontos obtido	3	2
Outros	50	551
Impostos sobre receitas financeiras	(6)	(56)
	127	1.154

Despesas financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sobre empréstimos	(1.963)	(1.866)
Outras despesas financeiras	(3.127)	(1.874)
	(5.090)	(3.740)

23. Impostos diferidos: (a) Impostos diferidos ativos: (i) Prejuízo fiscal:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	(17.191)	(18.528)
Movimentação da base do diferido, líquidos	6.369	1.337
Base ajustada	(10.822)	(17.191)
No ativo não circulante		
IRPJ	2.706	4.298
CSLL	974	1.547
	3.679	5.845
Na demonstração de resultado		
IRPJ	1.592	334
CSLL	573	120
	2.165	455

(ii) Base contábil temporária:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	4.936	4.936
Movimentação da base do diferido, líquidos	8.591	–
	13.527	4.936
No passivo não circulante		
IRPJ	3.382	1.234
CSLL	1.217	444
	4.599	1.678
Na demonstração de resultado		
IRPJ	2.148	–
CSLL	773	–
	2.921	–

(iii) Movimentação do diferido no resultado:	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal (ativo)	2.165	455
IRPJ e CSLL sobre base temporária (passivo)	2.921	–
IRPJ e CSLL diferidos lançado no resultado, (líquidos)	5.086	455

(b) Composição dos diferidos passivos:	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Receita da construção (liquido de amortizações)	3.382	1.234
	3.382	1.234
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Receita da construção (liquido de amortizações)	1.217	444
	1.217	444
Programa de Integração Social ("PIS")		
Receita de reequilibrio financeiro	222	171
	222	171
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Receita de reequilibrio financeiro	1.021	788
	1.021	788
Total dos impostos diferidos passivos	5.842	2.637
Circulante	–	–
Não Circulante	5.842	2.637

(c) Imposto Corrente:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes das provisões tributárias:	22.893	11.243
Adições	276	499
Exclusões	(1.940)	(7.286)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro fiscal	21.229	4.456
(–) Compensação do IRPJ sobre prejuízos fiscais	(6.369)	(1.337)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais	**14.860**	**3.119**
Abatimentos dedutíveis para fins de IRPJ	1.074	**403**
Abatimentos dedutíveis para fins de CSLL	367	**192**
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	2.617	(353)
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	971	(88)
	3.587	**(441)**

24. Instrumento financeiro: Sensibilidade a taxas de juros: Na data dessas informações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (nota 5)	–	12.935
Clientes (nota 6)	83.307	99.656
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	(202.263)	(159.217)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados.

			I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**50%**	**25%**	**-25%**	**-50%**
Empréstimos e financiamentos	(202.263)	CDI	22.569	11.284	5.642	(5.642)	(11.284)

25. Seguros:

Companhia	Modalidade	Vencimento das Apólices	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Aig Seguros Brasil S.A.	Responsabilidade Civil Geral	19/11/2024	20.000.000
Aig Seguros Brasil S.A.	Riscos Nomeados e Operacionais	19/11/2024	90.000.000
Liberty Seguros	Responsabilidade Civil Adm.	19/11/2024	32.778
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	06/02/2024	83.293.588
			193.326.366

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A cobertura de seguros são as seguintes: **26. Obrigações e compromissos com o poder concedente:** A Sociedade terá como principais obrigações, conforme clausula 13º do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão integral dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando a boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todos as obrigações estabelecidas no Contrato e seus Anexos. De maneira geral podemos dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços e atividades funcionais e adequados. Dentro das atividades operacionais, ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionadas nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, '*Encargos e Operação e Gestão'*, do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra e engenharia previstas no item 4 do Anexo III, denominado *Encargos de Obra*. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque e, com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou eletivas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar mobiliários, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante. **27. Eventos subsequentes: Aditivo ao Contrato de Concessão:** Em fevereiro de 2024, a Sociedade assinou junto ao Poder Concedente, o Termo de Aditamento Nº 026/SVMA/2024 ao Contrato de Concessão nº 057/SVMA/2029. O objeto do aditamento é a incorporação ao Contrato de Concessão da obrigação de execução, pela Concessionária, das obras, serviços e projetos para ações de requalificação e conservação da Marquise "José Emínio de Moraes", localizada no Parque Ibirapuera. O prazo para execução é de 16 meses, a partir da Ordem de início, expedida pelo Poder Concedente.

Diretoria

Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro

Responsável técnico pelas informações contábeis

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos no ativo intangível:** Conforme Nota Explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui registrado o montante de R$ 300.602 mil no ativo intangível, que representa a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na aquisição, construção ou melhoria da infraestrutura correspondente ao contrato de concessão. O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão junto ao poder concedente, os investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão são classificados como ativo intangível. O total de capitalização de gastos no ativo intangível, durante o ano de 2023, perfaz o montante de R$ 86.435 mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3 (c) e 10. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em decorrência dos potenciais efeitos envolvidos nas demonstrações contábeis, requerendo controles internos robustos para o controle das capitalizações no ativo intangível bem como envolve a utilização de premissas e um grau de julgamento que, consequentemente, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados no ativo intangível; • Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo intangível e sua elegibilidade à capitalização bem como critérios de rateio; • Com base em amostragem, para adições ocorridas no ativo intangível durante o ano de 2023, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do período, bem como a natureza desses investimentos. Os resultados alcançados pelos procedimentos de auditoria anteriormente mencionados estão consistentes com a avaliação da Administração apresentados nas divulgações das notas explicativas, sem identificação de ajuste ou falhas relevantes nos controles interno. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da Sociedade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador CRC 1 SP 292913/O-9



AAMN INVESTIMENTOS S/A

CNPJ nº 50.079.854/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Submete à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2023 e em 31/12/2022. A Diretoria

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**62.651.334,14**	**58.555.936,42**
Contas a receber	11.895.485,69	15.020.007,23
Depósitos Judiciais	2.503,04	2.503,04
Investimentos	-	-
Imobilizado	58.863.893,77	54.246.308,72
Não Circulante	**70.761.882,50**	**69.268.818,99**
Total do Ativo	**133.413.216,64**	**127.824.755,41**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**4.686.020,46**	**3.489.627,14**
Não Circulante	**10.235.829,05**	**10.670.829,29**
Capital Social	58.000.000,00	58.000.000,00
Reserva de Capital	-	-
Reserva de Lucros	2.704.458,82	2.346.058,93
Lucros Acumulados	57.786.908,31	53.318.240,05
Total Patrimônio Líquido	**118.491.367,13**	**113.664.298,98**
Total do Passivo	**133.413.216,64**	**127.824.755,41**

Demonstração de Fluxo de Caixa

Método Indireto	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do Exercício	7.167.988,15	10.562.285,68
Ajustes do Lucro Líquido	1.909.552,73	2.363.573,87
Variações Ativo/Passivo Operacional	7.132.179,12	(3.309.918,18)
Caixa Líquido usado em Investimentos	(6.527.137,78)	(3.368.090,97)
Caixa Líquido da atividade de Financiamento	(2.340.920,00)	-
Total	**7.341.662,22**	**6.247.850,40**
Aumento/Redução Caixa e Equivalente	**7.341.662,22**	**6.247.850,40**

Notas Explicativas

Critérios de avaliação dos elementos Patrimoniais: a) Imobilizado: registrado ao custo de aquisição e depreciado às taxas permitidas pela legislação do Imposto de Renda; b) Capital Social, integralmente realizado, é composto de 13.444.000 ações sem valor nominal. c) O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluem as sociedades SPH Participações Ltda. e Rio Douro Participações Ltda.

Claudinei Decarle - Contabilista -TEC-CRC - 1SP202499/O-3

Demonstração de Resultado do Exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Operacionais Líquidas	16.449.222,34	20.582.525,36
Custo de Vendas	(2.010.529,41)	(1.398.129,27)
Despesas Administrativas	(6.979.320,39)	(5.344.070,43)
Despesas Financeiras	(869.344,64)	(1.845.148,65)
Receitas Financeiras	2.220.802,16	3.966,30
Resultado não Operacional	69.500,08	0,00
Lucro antes da CSLL e IRPJ	8.880.330,14	11.999.143,31
Provisão p/Contribuição Social	(483.219,09)	(422.400,47)
Provisão p/Imposto de Renda	(1.229.122,90)	(1.014.457,16)
Lucro/Prejuízo Líq. Exercício	7.167.988,15	10.562.285,68
Lucro por ação	0,533	0,786

Demonstração de Lucros Acumulados

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**53.318.240,05**	**43.284.069,03**
Lucro/Prejuízo Líq. Exercício	7.167.988,15	10.562.285,68
Transf.p/reserva legal	(358.399,89)	(528.114,66)
Dividendos distribuídos	(2.340.920,00)	0,00
Saldo Final	**57.786.908,31**	**53.318.240,05**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0022553-40.2020.8.26.0002**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Vitorio Constancio da Silveira. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0022553-40.2020.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VITORIO CONSTANCIO DA SILVEIRA, CPF 043.612.208-16, que por este Juízo, tramita de um incidente de Cumprimento de sentença, ajuizado por SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO, no qual foi determinada a penhora de valores pertencentes ao referido executado, no rosto dos autos do Processo nº 0116311-95.2005.8.26.0100, em curso perante o MM. Juízo de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Comarca da Capital-SP, para a garantia do presente incidente até o valor de R$ 493.165,34. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Fica, ainda, ciente de que, na hipótese de ausência de impugnação, prosseguirá este feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2024. 06 e 09 / 04 / 2024.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

MARCELA CRIVELARO FERNANDES, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 1172, devidamente autorizado pela proprietária/credora fiduciária **PREMIER CAPITAL SECURITIZADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 34.355.521/0001-83, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, 960, CJ 152, Sala 4, Itaim Bibi, CEP 04534-004, juridico@premiercapital.com.br, faz saber que, nos termos do artigo 38, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante ***BRASILEIRAO PAY MEIO DE PAGAMENTO LTDA***, inscrita no CNPJ/MF no 23.027.942/0001-69, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, sala 41, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: ***Primeiro Leilão: Dia 15 de abril de 2024, com início às 12h00; Segundo Leilão: Dia 15 de abril de 2024, com início às 17h00; Dos Leilões:*** **Os lances poderão ser ofertados somente de forma presencial.** ***Local do Leilão: Escritório da proprietária/credora fiduciária Premier Capital Securitizadora S/A – Rua Joaquim Floriano, 960-15º andar, Conjunto 152 – Sala 4, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo/SP.*** **IMÓVEL** Um TERRENO URBANO, situado no Bairro da Graça, neste distrito e comarca de Cotia, Estado de São Paulo, na Estrada do Padre Inácio, 2075, assim descrito: Iniciam-se as divisas junto ao marco A, cravado no alinhamento da estrada Padre Inácio; daí segue numa extensão de 262,57 metros e rumo Norte-Sul, até o marco B, cravado num córrego, confrontando com propriedade de Enzo Gian Maria Lantieri; daí deflete à esquerda e segue pela sinuosidade do córrego numa distância de 222,80 metros, cruzando um tanque, até o marco C, confrontando com propriedade de Milton Cassavia; daí segue pela sinuosidade do córrego na distância de 442,75 metros, cruzando um caminho, até o marco D, confrontando com propriedade de Gustavo Gan Filho; dai deflete à esquerda e segue com rumos e distâncias consecutivas de : 82º18' NW e 88,50 metros; 86º50' NW e 97,14 metros; 85º41' NW e 70,62 metros;85º15' NW e 88,00 metros até o marco E, cravado num caminho existente e junto a uma palmeira de divisa; daí segue pela sinuosidade do referido caminho numa distância de 217,04 metros até o marco A, onde se deu início a presente descrição confrontando desde o marco D até este ponto com a propriedade de Jacob Tarasantehi, perfazendo a área total de 90.105,00 metros quadrados, matricula no 60.031do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia-SP, propriedade já consolidada em favor da credora. **Avaliação**: **R$ 7.100.000,00 (SETE MILHÕES E CEM MIL REAIS)** ***Condições e Valor de Venda:*** A venda será realizada à vista. Se no primeiro Público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição dos imóveis no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão da Leiloeira sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc., sendo que, assim como todas as despesas e diligências extrajudiciais e judiciais que forem necessárias para o registro da propriedade do mesmo. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão da Leiloeira em cheque separado ou depositado em conta corrente em até 24horas após o leilão. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O referido imóvel encontra-se ocupado, a desocupação será responsabilidade do Arrematante. Mais informações no escritório da leiloeira – Tel.: (19) 3523-6393 ***MARCELA CRIVELARO FERNANDES- Leiloeira Oficial- JUCESP nº 1172*** K-06/04

EDITAL DE CITAÇÃO
Processo Digital nº: 003153-86.2008.8.26.0252
Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível – Penalidades
Requerente: MUNICÍPIO DE BERNARDINO DE CAMPOS
Requerido: Edvaldo Ângelo Pacola e outros
EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO N: 0003153-86.2008.8.26.0252

A MM. Juíza de Direito da Vara Única, do Foro de Ipaussu, Estado de São Paulo, Dra. RAISA ALCÂNTARA CRUVINEL SCHNIDER, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ ARAUJO RIBEIRO, com endereço à Rua dos Vianas, 1.269, Baeta Neves, CEP 09760-001, São Bernardo do Campo – SP, LUIZ ALBERTO RODRIGUES, com endereço à Rua dos Vianas, 1.269, Baeta Neves, CEP 09760-001, São Bernardo do Campo – SP e CPEM CONSULTORIA PARA EMPRESAS E MUNICÍPIOS LTDA, CNPJ nº 53.712.923/0001-32, com endereço à Avenida Moema, nº 1.269, Moema, CEP 04077-020, São Paulo – SP, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível-Penalidades por parte de MUNICÍPIO DE BERNARDINO DE CAMPOS, alegando em síntese: Que a presente ação está sendo promovida por provocação do Ministério Público Estadual, com base em ofício da Promotoria de Justiça de Ipaussu-SP, instaurado na Promotoria da Justiça de Ipauçu-SP. Os fatos narrados no Inquérito Civil, configuram improbidade administrativa, todavia, ante a prescrição das penas previstas na Lei 8.429/92 (artigo 23, inciso I), remanesce apenas a necessidade de recomposição do erário, cuja lesão imprescritível, nos termos do art.37, § 5º, parte final, da CF/88. Daí o motivo da provocação do Ministério Público para que o ajuizamento da ação fosse feito pela Fazenda Municipal, sem prejuízo de sua intervenção. Através do ofício nº 137/97 (fls. 03 do I.C. 03/97), datado de 03/11/1997, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal da época, endereçado ao Promotor de Justiça da Comarca de Ipauçu-SP, foi noticiado que a Prefeitura Municipal havia contratado, através de processos licitatórios, empresas de consultoria para apuração da DIPAMS(revisão de declarações dos dados informativos necessários à apuração dos índices de Participação dos Municípios Paulistas, que servirá de base para levantamento do valor adicionado, do produto de arrecadação do ICMS) sendo que três (3) empresas concorrentes haqueles certames foram representadas por uma única pessoa e que, não obstante as contas do Poder Executivo Municipal terem, no ano de 1995, sido aprovadas, houve ressalvas quanto a ilegalidade daquelas licitações, conforme parecer da comissão de finanças e orçamento do Legislativo Municipal. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ipaussu, aos 15 de agosto de 2022.

Companhia Província de Securitização

PROVÍNCIA COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira e Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para a Emissão Companhia Província de Securitização de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 1ª (Primeira) Emissão, celebrado em 27 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, **em primeira convocação, aos 24 de abril de 2024, às 11h00min e em segunda convocação aos 02 de maio de 2024, às 11h00min,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; e (ii) deliberar acerca da alteração da cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização, de modo a atualizar a previsão de publicação dos editais de convocação de assembleias especiais de investidores para que estas passem a ocorrer nos termos do artigo 26 da Resolução CVM nº 60. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 04 de abril de 2024.

Companhia Província de Securitização - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Kadisha Investimentos Ltda.

CNPJ nº 32.423.308/0001-36

Convocação Assembleia de Sócios 2024

1. A signatária, Leda Maria Barjas Baléche, CPF nº 578.997.388-49 infra-assinada, na qualidade de sócia e administradora da KADISHA, vem, com fundamento no artigo 1078 Lei n° 10.406/02, convocar V.Sa para participar de Assembleia que se realizará no 16.04.2024 às 9:00 hs em primeira convocação e às 10:00 hs em segunda convocação (§2º do item 6 do contrato social) para: **(a)** Prestação de contas dos Administradores referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023; **(b)** Análise dos balanços patrimoniais e os de resultados econômicos dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 para apuração e confirmação de lucros em cada um daqueles exercícios sociais e sua respectiva distribuição; **(c)** Apresentação, pelo administrador Vinicius Barjas Baléche, CPF n° 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram todos os aportes feitos ao capital da KADISHA a título de integralização conforme itens 2 e 3 da 3ª Alteração do Contrato Social, registrada na JUCESP sob o nº 568.252/21-4, em sessão de 08/12/2021, haja vista ter a signatária sido induzida em erro para firmar mencionada alteração social — que em razão disso deverá ter seu registro cancelado e consequentemente anulados todos os seus efeitos legais, o que será feito através de ação própria; **(d)** Caso o sócio Vinicius Barjas Baléche, CPF n° 223.209.008-61, entenda, como exposto na alínea "c" acima, ter havido erro ensejador da assinatura da 3ª Alteração do Contrato Social pela signatária, sem necessidade do recurso ao Poder Judiciário, ser então deliberada a retificação da ata que instrumentou aquela 3ª Alteração do Contrato Social, para dela constar a subscrição pela signatária, de tantas quotas sociais quantas as integralizadas pelo sócio Vinicius Barjas Baléche, para a observância da proporção de 50% de cada um dos sócios no capital da sociedade. **(e)** Apresentação, pelo administrador Vinicius Barjas Baléche, CPF n° 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram todos os aportes ao capital da KADISHA ou ingressos de qualquer natureza , conforme item 3 da 3ª Alteração do Contrato Social, registrada na JUCESP sob o nº 568.252/21-4 , em sessão de 08/12/2021; **(f)** Outras matérias relacionadas e pertinentes aos tópicos anteriores especificamente atinentes à origem de recursos para a integralização de capital e contabilização de despesas. 2. De qualquer forma e já para os fins legais, por meio desta fica o socio Vinicius Barjas Baléche, ciente de que: **(i)** Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o sócio deverá apresentar o documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de sócio por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. **(ii)** Os sócios que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: hlaw@hlaw.com.br, até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e de representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os sócios que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata, que deverá ser firmada pelo Presidente e Secretário da mesa. **(iii)-** Após o envio do e-mail pelo sócio com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. **(iv)** Participação e voto a distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos sócios, se for o caso, serão entregues pelos sócios na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os sócios, desde já, autorizam a KADISHA a utilizar quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. Leda Maria Barjas Baléche. São Paulo, 05/04/2024. (05, 08 e 09/04/2024)

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 07.594.978/0001-78 | NIRE 35300477570 | Código CVM nº 02426-0

RESUMO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 22/03/2024

Dispensada a convocação por presença total via videoconferência. **Deliberado sobre: (i)** destinação do lucro líquido de R$ 1.036.554.667,12 do exercício 2023, incluindo reservas legal e estatutária, juros sobre capital próprio; **(ii)** remuneração global dos administradores para 2024 até R$ 49.520.000,00; **(iii)** alteração e consolidação do Estatuto Social, incluindo ajustes no Conselho de Administração, Diretoria, representação da Companhia, e instituição do Comitê de Auditoria; **(iv)** convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária para 25/04/2024, com ordem do dia conforme proposta da administração; **(v)** autorização para Diretores representarem a Companhia em assembleias e reuniões de sócios das sociedades participadas, com todos os atos necessários. Nada mais havendo, encerrada a reunião, ata assinada por todos os presentes. **Lista de presença:** Daniel Rizardi Sorrentino, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Edgard Gomes Corona, Leonardo Luján Gonzalez, Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz, Soraya Teixeira Lopes Corona, Ricardo Lerner Castro, Wolfgang Stephan Schwerdtle. São Paulo, 23/03/2024. Daniel Rizardi Sorrentino - Presidente; Juana Melo Pimentel - Secretária. **JUCESP** nº 130.708/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

FEDERAÇÃO DE AUTOMOBILISMO DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O Presidente da Federação de Automobilismo de São Paulo, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Srs. Representantes das associações filiadas à Entidade, com direito a voto, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em sua sede à Rua Luiz Gois, nº- 718 Vila Mariana – SP, no dia 23 de abril de 2024, nos termos do Estatuto a Assembleia instalar-se-á em 1ª chamada às 14:00 horas com comparecimento de 2/3 de seus membros com direito a voto e em 2ª chamada as 15 horas, para deliberar, independentemente do quorum referido. Sob a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação do movimento administrativo e financeiro da Federação, correspondente ao ano de 2023 e previsão orçamentaria para o ano 2024; 2) Alteração estatutária; 3) Assuntos diversos. São Paulo, 05 de abril de 2024 - `Paulo Enéas Scaglione -presidente

FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 47.014.367/0001-28 - NIRE Nº. 35300595670 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 20 de março de 2024. À **FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B Andar 4 Sala 8, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.890.963-5/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 332.849.988-10, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **renúncia**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro suplente** do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/07/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS.** Ciente em: 20/03/2024. **FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 130.378/24-0 em 01.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Smart Compass S.A.

CNPJ 52.858.530/0001-79

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

Ativo	Nota	2023
Ativo circulante		**528.108,22**
Caixa e equivalentes de caixa	1	157.051,19
Adiantamentos	2	371.057,03
Ativo não circulante		**114.946,66**
Imobilizado	3	114.946,66
Total do ativo		**643.054,88**

Passivo	Nota	2023
Passivo circulante		**23.144,17**
Fornecedores	4	8.198,74
Obrigações fiscais	5	6.365,57
Obrigações trabalhistas	6	8.579,86
Patrimônio líquido		**619.910,71**
Capital social	7	200,00
Resultado acumulado		(132.839,63)
Outras contas - AFAC		752.550,34
Total do passivo		**643.054,88**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

	2023
Custo dos serviços prestados	(41.851,20)
Lucro operacional bruto	**(41.851,20)**
Despesas operacionais	
Despesas administrativas	(82.062,72)
Outras receitas/despesas operacionais	(8.925,73)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(132.839,65)**
Receitas financeiras	0,02
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	**(132.839,63)**
Resultado líquido do período	**(132.839,63)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

	Capital Social	Reservas de Capital	Resultado Acumulado	Total
Capital Social Integralizado	200,00	-	-	200,00
AFAC	-	752.550,34	-	752.550,34
Resultado do Exercício	-	-	(132.839,63)	(132.839,63)
Saldo em 31/12/2023	**200,00**	**752.550,34**	**(132.839,63)**	**619.910,71**

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(132.839,63)
Ajustado por:	**(131.910,53)**
- Depreciações/Amortizações	929,10
(Aumento)/Redução em ativos	**(371.057,03)**
- Outros Ativos	(371.057,03)
Aumento/(Redução) em passivos	**23.144,17**
- Fornecedores	8.198,74
- Obrigações sociais e tributárias	6.365,57
- Outros passivos	8.579,86
Caixa líquido proveniente/usado nas atividades operacionais	**(479.823,39)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
- Aquisição de novos imobilizados	(115.875,76)
Caixa líquido proveniente/usado nas atividades de investimentos	**(115.875,76)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
- Integralização de capital	200,00
- Adiantamento para futuro aumento de capital	752.550,34
Caixa líquido proveniente/usado das atividades de financiamentos	**752.750,34**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	**157.051,19**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	**157.051,19**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	157.051,19

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023: (Em Unidade de Real)

I. Contexto operacional: A Smart Compass S.A é uma sociedade anônima fechada, com sede no município de Campinas/SP, na Avenida Selma Parada, nº 201, Jardim Madalena, Conjunto 303 - Bloco 03. A Sociedade tem por objeto: Atividades de cobranças e informações cadastrais, gestão e administração da propriedade imobiliária, holdings de instituições não-financeiras, corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis, atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. **II. Base para elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das S.A. e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira tendo como principal objetivo possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS)*, novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vem sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Adicionalmente, foi publicado o CPC PME que é específico e deve ser aplicado às pequenas e médias empresas, por força da Res. CFC 1.255/09. As referidas alterações foram adequadas para a sociedade no exercício social encerrado em 31/12/2010, exceto em relação à valorização dos estoques, sendo que as práticas utilizadas até então pela sociedade eram aquelas vigentes até 31/12/2007. **III. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram: • **Apuração dos resultados:** O lucro é apurado pelo regime de competência, proveniente da prestação de serviços de suas operações. • **Moeda funcional:** As demonstrações contábeis estão apresentadas na moeda vigente no Brasil, o Real. • **Ativo circulante e não-circulante:** São apresentados pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais, contratuais e pelas variações das taxas de câmbio, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. • **Ativo imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, líquido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação. A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, sendo que as taxas utilizadas são baseadas na legislação tributária vigente, divulgadas pela Receita Federal do Brasil, e que expressam a vida útil do bem, segundo a administração da empresa. • **Passivo circulante e não-circulante:** Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **IV. Notas explicativas: 1. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. A composição do grupo é composta da seguinte maneira:

Descrição	2023
Saldo em trânsito	200,00
Saldo em banco conta movimento	156.851,19
Total de caixa e equivalentes de caixa	**157.051,19**

2. Adiantamentos: O grupo é composto por valores que compreendem créditos junto a fornecedores, cujo detalhamento apresentamos abaixo:

Descrição	2023
Adiantamentos a fornecedores	371.057,03
Total de adiantamentos	**371.057,03**

3. Imobilizado líquido: Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais de acordo com vida útil dos bens. Temos abaixo os valores de custo histórico, depreciação incorrida e o saldo residual em 31/12/2023 em reais.

Descrição	Valor de aquisição	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em propriedade de terceiros	56.910,56	213,87	56.696,69
Equipamentos de comunicação	1.903,91	26,98	1.876,93
Móveis e utensílios	57.061,29	688,25	56.373,04
Total	**115.875,76**	**929,10**	**114.946,66**

4. Fornecedores: Os saldos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos. O saldo estava assim representado:

Descrição	2023
Fornecedores nacionais	8.198,74
Total de fornecedores	**8.198,74**

5. Obrigações fiscais: As obrigações fiscais registradas, posição em 31/12/2023, são decorrentes da atividade operacional da empresa, sendo registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos. O saldo estava assim composto:

Descrição	2023
IRRF a recolher	6.365,57
Total de obrigações fiscais	**6.365,57**

6. Obrigações trabalhistas: O grupo é composto pelas provisões trabalhistas posição em 31/12/2023. O saldo estava assim composto:

Descrição	2023
Pró Labore a pagar	1.174,80
INSS a recolher	6.673,29
INSS retido a recolher	731,77
Total de obrigações trabalhistas	**8.579,86**

7. Capital social: O capital social é de R$2.000,00 (dois mil reais) totalmente subscrito, sendo que o valor de R$200,00 já foi integralizado e ainda falta integralizar o valor de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e está dividido em 2.000,00 (duas mil) cotas de R$1,00 (um real) cada uma.

Campinas, 31/12/2023.

Smart Compass S.A. – **Bruno Rafael Costa dos Santos** – Administrador
Contactus Assessoria Contabil Ltda – **José Roberto Melani** – Contador - CRC nr. 1SP129058/O

Cartonifício Valinhos S/A

CNPJ 45.992.476/0001-94

Edital de Convocação

Conforme disposto no §2º da Lei nº 6.404/76, convocamos os acionistas para AGO a realizar-se dia 22/04/2024, às 15:00hs na sede da Empresa à Rua 12 de Outubro, nº 20 - Vila Santana, município de Valinhos, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre: Ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício findo 2023; 2) Eleição da diretoria; 3) Outros assuntos. Valinhos, 03 de abril de 2024. **Cartonifício Valinhos S/A.**

São Martinho Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF 01.099.967/0001-35 - NIRE 35300145038

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da **São Martinho Empreendimentos Imobiliários S.A.** convocados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Groenlândia, 100, sala 12, às 10:00 horas do dia 18/04/2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** dissolução e liquidação da sociedade; e **(ii)** eleição do liquidante. São Paulo, 1º de abril de 2024. **A Diretoria**

MAIS UM COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. | CNPJ/MF 21.526.148/0001-34 | NIRE 35300611390. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Ficam convocados os acionistas da **MAIS UM COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A.** ("Companhia"), para reunirem-se em assembleia geral ordinária, a ser realizada de forma exclusivamente digital, por meio do link meet.google.com/ckt-zfye-ort, nos termos do artigo 124, §2-Aº da Lei nº 6.404/76, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável, referido exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, (c)Aprovar o envio dos documentos da convocação pertinentes a Assembleia Geral. A Companhia informa que o relatório de auditoria das demonstrações financeiras foi devidamente publicado em 04 de abril de 2024 no Jornal O Dia SP, página 6, e poderá ser acessado na íntegra no sítio eletrônico do referido jornal. Adicionalmente, a Companhia informa que o Boletim de Voto à Distância será disponibilizado por e-mail. Eventuais solicitações dos acionistas podem ser encaminhadas por e-mail para juridico@maismu.com.br. São Paulo, 8 de abril de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0030564-53.2023.8.26.0002**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Ines Holanda Campos Roque e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0030564-53.2023.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adilson Araki Ribeiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) INES HOLANDA CAMPOS ROQUE, CPF 179.897.328-66 e MARCOS ROGERIO ROQUE, CPF 107.484.168-97, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, condenando-os ao pagamento da quantia de R$ 24.890,11 (outubro de 2023). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2024. 06 e 09 / 04 / 2024.

Pirapora Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-62 - NIRE: 35.300.48.401-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Pirapora Agropecuária S/A, convocados a se reunirem em **AGO/AGE** que será realizada no dia 26 de abril de 2024, com início às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Brig. Luís Antônio, nº 2.344, 13º andar, em São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia em **AGO: 1)** Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **2)** Fixar o limite de valor da remuneração anual dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo para o exercício social de 2024; **3)** Outros assuntos de interesse social. Em **AGE: 1)** Aprovação para venda do imóvel de Curitibanos.

São Paulo, 01/04/2024

Márcio Koiti Takiguchi - Diretor Presidente

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/ME nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral extraordinária que será realizada às 09h30 horas da manhã do dia 12 de abril de 2024, em primeira convocação, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e da cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre: (i) a homologação do aumento de capital social no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) mediante a subscrição de 1.215.224 (um milhão, duzentas e quinze mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 1.215.224 (um milhão, duzentas e quinze mil, duzentas e vinte e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em razão da conversão das debêntures emitidas pela Companhia em 26 de dezembro de 2024, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Companhia; e (ii) a consequente alteração da cláusula 5º do estatuto social da Companhia. A Companhia esclarece que para participação na assembleia geral extraordinária, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar, o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A. Os documentos necessários para a tomada de decisão estão disponíveis para consulta na sede social.

São Paulo, 4 de abril de 2024. **Gabriel Campos Pérgola -** Diretor, **Roger Keiti Sasazaki -** Diretor

Consumo de serviços de saúde avança 10,3% após pandemia

O consumo de bens e serviços de saúde foi impactado pela pandemia de covid-19 em seu primeiro ano (2020), ocorrendo o mesmo com os demais segmentos de bens e serviços que tiveram queda de 4,4% em volume.

Em 2021, no entanto, o volume do setor de saúde avançou 10,3%, quase cinco vezes mais do que os bens e serviços não relacionados à saúde (2,3%).

Os dados são da pesquisa Conta-Satélite de Saúde 2021, divulgada na sexta-feira (5), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Tassia Holguin, pesquisadora do IBGE, apesar do aumento dos procedimentos de emergência provocados pela pandemia, o isolamento social acabou reduzindo a busca por atendimentos não emergenciais em 2020.

"Em 2020, por conta do isolamento, a gente teve uma queda no número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares. As pessoas deixaram de fazer cirurgias eletivas e de ir ao médico e ao dentista. Elas foram postergando", explica Tassia. "Em 2021, elas precisaram retomar as consultas, cirurgias que não podiam ser mais adiadas e o próprio consumo de medicamentos", acrescentou.

Expansão

Apesar da redução total do consumo de bens e serviços de saúde, em 2020 o setor teve um aumento de 1,9% nos postos de trabalho nesse primeiro ano de pandemia, enquanto o restante da economia acusou uma perda de 7%.

Os postos de trabalho da saúde pública cresceram 7%, enquanto a fabricação de produtos farmacêuticos teve alta de 4,9%. A saúde privada cresceu apenas 0,2%.

No ano seguinte, o emprego na saúde aumentou mais: 5,1%. No entanto, esse crescimento foi puxado pela saúde privada com alta de 10,8% nos postos de trabalho, enquanto a saúde pública caiu 2,5%.

As atividades relacionadas à saúde eram responsáveis por 8,4 milhões das ocupações no Brasil em 2021, ou 8% do total, bem acima dos 5,2 milhões (5,3%) de 2010.

As remunerações do setor de saúde totalizaram R$ 372,3 bilhões em 2021, o equivalente a 10,5% do total da economia em 2021.

As despesas com saúde no Brasil chegaram a R$ 872,7 bilhões em 2021, o equivalente a 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Do total do PIB, 4% representavam os gastos do governo e 5,7% as despesas das famílias.

Saúde pública

Comparando-se a participação da saúde pública no PIB, em relação a alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou à frente do México (3,1%), mas atrás da média da OCDE (7,4%), Colômbia (7,1%), Chile (5,9%), Reino Unido (10,3%), França (10,4%) e Alemanha (11,1%).

Na comparação com 2020, houve uma queda da participação dos gastos do governo com saúde no PIB, já que no primeiro ano da pandemia, a saúde pública respondia por 4,2% da economia brasileira.

Em 2021, a despesa per capita com o consumo de bens e serviços de saúde de famílias e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias alcançou R$ 2.387,50, enquanto os gastos per capita do governo com o fornecimento de serviços de saúde pública e medicamentos foram de R$ 1.703,60.

Em relação aos gastos das famílias com saúde, a maior parte (63,7% ou R$ 318,1 bilhões) foi com serviços de saúde privados. Os medicamentos responderam por 33,7% (R$ 168,3 bilhões) dos gastos

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



Nova Olinda B Solar S.A.

CNPJ Nº 23.416.727/0001-50

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	252.450	21.613
Contas a receber de clientes	8	5.985	5.739
Despesas antecipadas		562	328
Adiantamentos a fornecedores		2.269	2.326
Tributos e contribuições a compensar		123	133
Outros ativos		5.210	4.545
Total do ativo circulante		**266.599**	**34.683**
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.378	8.510
Tributos e contribuições a compensar		1.970	1.970
Depósitos judiciais		14	14
Imobilizado	11	428.216	427.433
Intangível	12	2.839	2.954
Total do ativo não circulante		**442.417**	**440.881**
Total do ativo		**709.016**	**475.565**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		6.723	2.380
Provisões	13	-	5.369
Financiamentos	14	9.705	9.153
Obrigações sociais e trabalhistas		309	207
Obrigações fiscais		568	553
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.807	618
Dividendos a pagar	9	6.857	3.420
Contas a pagar à partes relacionadas	9	462	278
Total do passivo circulante		**27.430**	**21.977**
Provisões	13	5.018	3.248
Financiamentos	14	75.059	79.038
Provisão para contingências		2	2
Tributos diferidos		2.695	1.756
Total do passivo não circulante		**82.775**	**84.044**
Capital social		565.816	358.562
Reserva legal		2.164	720
Reserva de lucros		30.832	10.261
Total do patrimônio líquido	15	**598.812**	**369.543**
Total do passivo e patrimônio líquido		**709.016**	**475.565**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**358.562**	**-**	**-**	**(6.738)**	**351.824**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.139	21.139
Constituição de reserva legal	15.b	-	720	-	(720)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(3.420)	(3.420)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	10.261	(10.261)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**358.562**	**720**	**10.261**	**-**	**369.543**
Integralização de capital	15.a	207.254	-	-	-	207.254
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.872	28.872
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.444	-	(1.444)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(6.857)	(6.857)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	20.571	(20.571)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**565.816**	**2.164**	**30.832**	**-**	**598.812**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	64.672	57.260
Custo da geração de energia	17	(32.981)	(28.531)
Lucro operacional bruto		**31.692**	**28.729**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.691)	(1.412)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.506)	3.840
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**28.495**	**31.157**
Receitas financeiras	18	17.046	1.610
Despesas financeiras	18	(8.736)	(8.929)
Despesas financeiras líquidas		**8.310**	**(7.320)**
Resultado antes dos impostos		**36.805**	**23.837**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(7.926)	(2.523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(175)
Lucro líquido do exercício		**28.872**	**21.139**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0505	0,0574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.872	21.139
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	28.872	21.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de Abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**28.872**	**21.139**
Ajustes para:			
Depreciação	11	20.173	17.547
Juros e variações monetárias	14	7.298	7.545
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	16	2.913	5.435
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	7.926	2.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	175
		67.226	**54.400**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(245)	(514)
Tributos e contribuições a compensar		9	(9)
Depósito judicial		-	(6)
Despesas antecipadas		(234)	(168)
Adiantamentos a fornecedores		57	2.576
Outros ativos		(665)	(3.772)
Partes relacionadas		184	151
Fornecedores		4.343	1.585
Provisões	13	(6.511)	(19.654)
Obrigações fiscais		(662)	(682)
Obrigações sociais e trabalhistas		102	105
Tributos diferidos		932	384
Caixa proveniente das atividades operacionais		**64.535**	**34.395**
Impostos pagos sobre o lucro		(5.060)	(1.724)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**59.475**	**32.671**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(20.841)	(5.105)
Baixa de imobilizado		-	1.993
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(20.841)**	**(3.112)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(868)	(756)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.229)	(2.070)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(7.534)	(7.696)
Integralização de capital		207.254	-
Dividendos pagos		(3.421)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**192.203**	**(10.522)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**230.837**	**19.037**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**21.613**	**2.576**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**252.450**	**21.613**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Olinda C Solar S.A.

CNPJ Nº 23.414.549/0001-28

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	144.146	7.942
Contas a receber de clientes	8	5.985	5.739
Despesas antecipadas		148	148
Adiantamentos a fornecedores		46	315
Tributos e contribuições a compensar		113	115
Outros ativos		1.746	1.487
Total do ativo circulante		**152.184**	**15.747**
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.455	7.673
Imobilizado	11	326.326	327.031
Intangível	12	2.798	2.913
Total do ativo não circulante		**337.580**	**337.617**
Total do ativo		**489.764**	**353.364**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		5.129	1.699
Provisões	13	-	8.474
Financiamentos	14	8.290	7.723
Obrigações sociais e trabalhistas		309	207
Obrigações fiscais		450	370
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.653	579
Conta a pagar à partes relacionadas	9	462	278
Dividendos a pagar	9	9.468	31.168
Total do passivo circulante		**25.761**	**50.497**
Provisões	13	3.546	3.020
Financiamentos	14	71.705	75.506
Tributos diferidos		2.274	1.504
Total do passivo não circulante		**77.525**	**80.029**
Capital social		352.458	203.643
Reserva legal		5.616	3.622
Reserva de lucros		28.403	15.572
Total do patrimônio líquido	15	**386.477**	**222.838**
Total do passivo e patrimônio líquido		**489.764**	**353.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**203.643**	**2.529**	**35.327**	**-**	**241.500**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.856	21.856
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.093	-	(1.093)	-
Dividendos	15.c	-	-	(35.327)	(5.191)	(40.518)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	15.572	(15.572)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**203.643**	**3.622**	**15.572**	**-**	**222.837**
Integralização de capital	15.a	148.815	-	-	-	148.815
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.864	39.864
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.993	-	(1.993)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	(15.572)	(9.468)	(25.040)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	28.403	(28.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**352.458**	**5.616**	**28.403**	**-**	**386.477**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	66.174	54.052
Custo da geração de energia	17	(21.973)	(20.488)
Lucro operacional bruto		**44.201**	**33.564**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.495)	(1.143)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(738)	(1.106)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**41.968**	**31.315**
Receitas financeiras	18	10.680	1.366
Despesas financeiras	18	(7.017)	(8.374)
Despesas financeiras líquidas		**3.663**	**(7.008)**
Resultado antes dos impostos		**45.631**	**24.308**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(5.760)	(2.438)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(14)
Lucro líquido do exercício		**39.864**	**21.856**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1161	0,1067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	39.864	21.856
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	39.864	21.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de Abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**39.864**	**21.856**
Ajustes para:			
Depreciação	11	15.271	13.436
Juros e variações monetárias	14	6.876	7.159
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	16	1.392	8.805
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	5.760	2.438
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	14
		69.208	**43.341**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(245)	(519)
Tributos e contribuições a compensar		2	(2)
Despesas antecipadas		(1)	5
Adiantamentos a fornecedores		270	1.361
Outros ativos		(259)	(1.176)
Partes relacionadas		184	151
Fornecedores		3.429	1.481
Provisões	13	(9.340)	(10.403)
Obrigações fiscais		(504)	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas		102	104
Tributos diferidos		762	33
Caixa proveniente das atividades operacionais		**63.609**	**44.564**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.101)	(2.120)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**59.508**	**42.444**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(14.451)	(13.229)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(14.451)**	**(13.229)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(783)	(236)
Integralização de capital	15.a	148.815	-
Dividendos pagos	15.c	(46.740)	(14.084)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.085)	(2.283)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(7.061)	(8.347)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**91.147**	**(24.949)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**136.204**	**4.266**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**7.942**	**3.676**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**144.146**	**7.942**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Olinda Sul Solar S.A.

CNPJ Nº 23.399.563/0001-08

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	84.926	4.695
Contas a receber de clientes	8	2.992	2.870
Despesas antecipadas		74	74
Adiantamentos a fornecedores		15	15
Tributos e contribuições a compensar		40	40
Outros ativos		25	5
Total do ativo circulante		**88.073**	**7.699**
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.334	3.933
Depósitos judiciais		62	62
Imobilizado	11	162.644	160.019
Intangível	12	1.381	1.439
Total do ativo não circulante		**168.421**	**165.452**
Total do ativo		**256.494**	**173.151**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		3.903	896
Provisões	13	1.300	3.549
Financiamentos	14	4.115	3.819
Obrigações sociais e trabalhistas		154	103
Obrigações fiscais		258	224
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.026	278
Conta a pagar à partes relacionadas	9	231	139
Dividendos a pagar	9	3.984	2.828
Total do passivo circulante		**14.972**	**11.837**
Provisões	13	3.099	1.964
Financiamentos	14	34.318	36.261
Tributos diferidos		789	544
Total do passivo não circulante		**38.206**	**38.769**
Capital social		188.987	112.522
Reserva legal		2.377	1.538
Reserva de lucros		11.952	8.485
Total do patrimônio líquido	15	**203.316**	**122.545**
Total do passivo e patrimônio líquido		**256.494**	**173.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**112.522**	**943**	**13.436**	**-**	**126.901**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.908	11.908
Constituição da reserva legal	15.b	-	595	-	(595)	-
Dividendos	15.c	-	-	(13.436)	(2.828)	(16.264)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	8.485	(8.485)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**112.522**	**1.538**	**8.485**	**-**	**122.545**
Integralização de capital	15.a	76.465	-	-	-	76.465
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.775	16.775
Constituição da reserva legal	15.b	-	839	-	(839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	(8.485)	(3.984)	(12.469)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	11.952	(11.952)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**188.987**	**2.377**	**11.952**	**-**	**203.316**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	30.296	27.376
Custo da geração de energia	17	(11.814)	(10.325)
Lucro operacional bruto		**18.482**	**17.051**
Despesas gerais e administrativas	17	(761)	(609)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(311)	(4)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**17.409**	**16.438**
Receitas financeiras	18	5.858	897
Despesas financeiras	18	(3.445)	(4.142)
Despesas financeiras líquidas		**2.413**	**(3.245)**
Resultado antes dos impostos		**19.822**	**13.193**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(3.044)	(1.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(4)	(6)
Lucro líquido do exercício		**16.775**	**11.908**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0888	0,1254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.775	11.908
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	16.775	11.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de Abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**16.775**	**11.908**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	7.646	6.829
Provisão ressarcimento de energia	16	3.485	4.053
Juros e variações monetárias	14	3.327	3.471
Amortização de custos de transação	14	37	37
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	3.044	1.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4	6
		34.317	**27.582**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(123)	(261)
Adiantamento a fornecedores		-	(6)
Outros ativos		(21)	(5)
Partes relacionadas		92	76
Fornecedores		3.007	731
Provisões	13	(4.600)	(5.111)
Obrigações fiscais		(205)	(155)
Obrigações sociais e trabalhistas		51	52
Tributos diferidos		246	16
Caixa proveniente das atividades operacionais		**32.765**	**22.918**
Impostos pagos sobre o lucro		(2.062)	(1.072)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**30.703**	**21.846**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(10.213)	(348)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**(10.213)**	**(348)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(401)	(321)
Integralização de capital	15.a	76.465	-
Dividendos pagos	15.c	(11.313)	(15.598)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(1.588)	(1.171)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(3.423)	(4.045)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**59.741**	**(21.135)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**80.231**	**363**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.695**	**4.332**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**84.926**	**4.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Nova Olinda Norte Solar S.A.

CNPJ Nº 23.566.105/0001-08

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	164.510	8.520
Contas a receber de clientes	8	5.985	5.739
Despesas antecipadas		159	148
Adiantamentos a fornecedores		150	428
Tributos e contribuições a compensar		89	89
Outros ativos		679	304
Total do ativo circulante		**171.572**	**15.228**
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.011	8.177
Imobilizado	11	334.384	331.156
Intangível	12	2.864	2.979
Total do ativo não circulante		**346.259**	**342.312**
Total do ativo		**517.831**	**357.540**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		6.594	1.927
Provisões	13	825	9.216
Financiamentos	14	8.263	8.269
Obrigações sociais e trabalhistas		309	207
Obrigações fiscais		425	346
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.972	563
Conta a pagar à partes relacionadas	9	463	278
Dividendos a pagar	9	7.994	10.889
Total do passivo circulante		**26.845**	**31.695**
Provisões	13	5.989	3.613
Financiamentos	14	70.710	74.531
Tributos diferidos		4.055	2.569
Total do passivo não circulante		**80.754**	**80.712**
Capital social		381.582	227.209
Reserva legal		4.669	2.986
Reserva de lucros		23.981	14.938
Total do patrimônio líquido	15	**410.232**	**245.133**
Total do passivo e patrimônio líquido		**517.831**	**357.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**227.209**	**1.938**	**27.619**	**-**	**256.766**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.965	20.965
Constituição da reserva legal	15.b	-	1.048	-	(1.048)	-
Dividendos	15.c	-	-	(27.619)	(4.979)	(32.598)
Reserva de lucros	15.c	-	-	14.937	(14.937)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**227.209**	**2.986**	**14.937**	**-**	**245.133**
Integralização de capital	15.a	154.373	-	-	-	154.373
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.657	33.657
Constituição da reserva legal	15.b	-	1.683	-	(1.683)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	(14.937)	(7.994)	(22.931)
Reserva de lucros	15.c	-	-	23.980	(23.980)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**381.582**	**4.669**	**23.981**	**-**	**410.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	62.791	53.237
Custo da geração de energia	17	(24.415)	(21.740)
Lucro operacional bruto		**38.376**	**31.497**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.510)	(1.172)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.606)	(149)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**35.260**	**30.176**
Receitas financeiras	18	11.331	1.723
Despesas financeiras	18	(6.945)	(8.361)
Resultado financeiro líquido		**4.386**	**(6.638)**
Resultado antes dos impostos		**39.646**	**23.539**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(5.981)	(2.560)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(13)
Lucro líquido do exercício		**33.657**	**20.965**
Resultado por ação ordinária - básico ediluído (em reais)		0,0882	0,0988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.657	20.965
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	33.657	20.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de Abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**33.657**	**20.965**
Ajustes para:			
Depreciação	11	15.820	14.118
Juros e variações monetárias	14	6.809	7.141
Amortização de custos de transação	14	37	37
Provisão ressarcimento de energia	16	4.781	9.638
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	5.981	2.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	13
		67.093	**54.473**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(245)	(502)
Tributos e contribuições a compensar		-	(2)
Outros ativos		(375)	(304)
Adiantamentos a fornecedores		278	(420)
Despesas antecipadas		(12)	43
Partes relacionadas		185	151
Fornecedores		4.667	1.871
Provisões	13	(10.796)	(9.250)
Obrigações fiscais		(386)	(302)
Obrigações sociais e trabalhistas		102	104
Tributos diferidos		1.487	32
Caixa proveniente das atividades operacionais		**61.998**	**45.893**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.114)	(2.202)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**57.884**	**43.690**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(18.933)	(3.767)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(18.933)**	**(3.767)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(834)	(740)
Integralização (redução) de capital	15.a	154.373	-
Dividendos pagos	15.c	(25.827)	(26.188)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(3.646)	(2.601)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(7.027)	(8.350)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**117.040**	**(37.879)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**155.990**	**2.045**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**8.520**	**6.475**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**164.510**	**8.520**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Lapa Solar S.A.

CNPJ Nº 23.509.564/0001-50

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	242.750	34.370
Contas a receber de clientes	8	5.937	5.693
Despesas antecipadas		484	305
Adiantamentos a fornecedores		886	927
Tributos e contribuições a compensar		5	5
Outros ativos		1.168	1.333
Total do ativo circulante		**251.229**	**42.633**
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.751	6.126
Depósitos judiciais		51	51
Imobilizado	11	313.730	329.303
Intangível	12	1.576	1.639
Total do ativo não circulante		**322.107**	**337.118**
Total do ativo		**573.336**	**379.751**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		2.066	3.780
Provisões	13	2.113	-
Financiamentos	14	6.624	6.138
Obrigações sociais e trabalhistas		289	193
Obrigações fiscais		274	326
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.562	756
Contas a pagar à partes relacionadas	9	432	260
Dividendos a pagar	9	9.170	8.274
Total do passivo circulante		**23.530**	**19.728**
Provisões	13	5.397	2.665
Financiamentos	14	56.155	58.464
Provisão para contingências		2	2
Tributos diferidos		398	381
Total do passivo não circulante		**61.951**	**61.512**
Capital social		389.887	229.983
Reserva legal		6.424	4.494
Reserva de lucros		91.543	64.034
Total do patrimônio líquido	15	**487.855**	**298.511**
Total do passivo e patrimônio líquido		**573.336**	**379.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**229.983**	**2.752**	**39.214**	**-**	**271.948**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	34.837	34.837
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.742	-	(1.742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(8.274)	(8.274)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	24.821	(24.821)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**229.983**	**4.493**	**64.035**	**-**	**298.511**
Integralização de capital	15.a	159.904	-	-	-	159.904
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.609	38.609
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.930	-	(1.930)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(9.170)	(9.170)
Constituição de reserva de lucros	15.c	-	-	27.509	(27.509)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**389.887**	**6.424**	**91.543**	**-**	**487.855**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	61.825	65.782
Custo da geração de energia	17	(24.221)	(25.496)
Lucro operacional bruto		**37.605**	**40.286**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.651)	(1.384)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(162)	3.181
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**35.791**	**42.082**
Receitas financeiras	18	17.450	1.993
Despesas financeiras	18	(6.508)	(6.565)
Despesas financeiras líquidas		**10.942**	**(4.573)**
Resultado antes dos impostos		**46.733**	**37.510**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(8.117)	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(8)	(14)
Lucro líquido do exercício		**38.609**	**34.837**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1146	0,1611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	38.609	34.837
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	38.609	34.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de Abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**38.609**	**34.837**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	15.759	13.894
Provisão ressarcimento de energia	16	5.112	(3.460)
Juros e variações monetárias	14	5.408	5.538
Amortização de custos de transação	14	58	58
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	8.117	2.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	8	14
		73.071	**53.540**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(244)	(521)
Depósito judicial		-	30
Despesas antecipadas		(179)	(174)
Adiantamentos a fornecedores		42	590
Outros ativos		165	(1.229)
Partes relacionadas		172	(4.365)
Fornecedores		(1.714)	1.978
Provisões	13	(267)	(5.324)
Obrigações fiscais		(834)	(235)
Obrigações sociais e trabalhistas		96	97
Tributos diferidos		8	33
Caixa proveniente das atividades operacionais		**70.317**	**44.420**
Impostos pagos sobre o lucro		(5.529)	(2.164)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**64.787**	**42.256**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(123)	415
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**(123)**	**415**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(625)	(544)
Integralização de capital	15.a	159.904	-
Dividendos pagos	15.c	(8.273)	(3.399)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(1.753)	(1.102)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(5.536)	(5.618)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**143.716**	**(10.663)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**208.381**	**32.008**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**34.370**	**2.362**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**242.750**	**34.370**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bom Jesus da Lapa Solar S.A

CNPJ Nº 23.266.854/0001-10

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	161.168	4.929
Contas a receber de clientes	8	5.751	5.518
Provisões	14	-	2.891
Despesas antecipadas		205	204
Adiantamento a fornecedores		933	1.072
Tributos e contribuições a compensar		19	22
Outros ativos		1.903	1.668
Total do ativo circulante		**169.977**	**16.304**
Aplicações financeiras vinculadas	10	9.073	8.233
Imobilizado	11	315.749	327.341
Intangível	12	3.368	3.470
Ativo de direito de uso	13	1.650	1.737
Total do ativo não circulante		**329.839**	**340.781**
Total do ativo		**499.816**	**357.085**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		5.347	2.351
Provisões	14	2.942	-
Financiamentos	15	5.644	5.579
Obrigações sociais e trabalhistas		295	198
Obrigações fiscais		416	490
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.870	597
Contas a pagar à partes relacionadas	9	442	266
Passivo de arrendamento mercantil	13	36	36
Dividendos a pagar	9	5.583	26.295
Total do passivo circulante		**22.576**	**35.811**
Provisões	14	4.310	2.518
Financiamentos	15	59.279	61.224
Passivo de arrendamento mercantil	13	1.886	1.926
Tributos diferidos		385	369
Total do passivo não circulante		**65.860**	**66.037**
Capital social		389.588	233.128
Reserva legal		5.043	3.868
Reserva de lucros		16.750	18.242
Total do patrimônio líquido	16	**411.381**	**255.238**
Total do passivo e patrimônio líquido		**499.816**	**357.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**233.128**	**2.587**	**36.871**	**-**	**272.586**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.603	25.603
Constituição de reserva legal	16.b	-	1.280	-	(1.280)	-
Dividendos	16.c	-	-	(36.871)	(6.081)	(42.951)
Constituição de reserva de lucros	16.c	-	-	18.242	(18.242)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**233.128**	**3.867**	**18.242**	**-**	**255.237**
Integralização de capital	16.a	156.460	-	-	-	156.460
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.509	23.509
Constituição de reserva legal	16.b	-	1.175	-	(1.175)	-
Dividendos	16.c	-	-	(18.242)	(5.584)	(23.826)
Constituição de reserva de lucros	16.c	-	-	16.750	(16.750)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**389.588**	**5.043**	**16.750**	**-**	**411.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	17	60.903	67.601
Custo da geração de energia	18	(34.939)	(32.131)
Lucro operacional bruto		**25.964**	**35.469**
Despesas gerais e administrativas	18	(1.705)	(1.388)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(191)	(496)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**24.068**	**33.586**
Receitas financeiras	19	11.513	1.497
Despesas financeiras	19	(5.954)	(7.008)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**5.559**	**(5.510)**
Resultado antes dos impostos		**29.626**	**28.075**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(6.111)	(2.459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(7)	(14)
Lucro líquido do exercício		**23.509**	**25.603**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0618	0,1187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	23.509	25.603
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	23.509	25.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador - CRC PR - 077115/O-1

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de Abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**23.509**	**25.603**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	15.718	13.884
Juros e variações monetárias	15	5.574	5.771
Amortização de custos de transação	15	58	58
Juros de arrendamentos	13	165	168
Provisão ressarcimento de energia	17	3.816	(7.262)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	6.111	2.459
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	7	14
		54.958	**40.694**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(232)	(508)
Tributos e contribuições a compensar		3	(3)
Despesas antecipadas		(1)	(80)
Adiantamentos a fornecedores		139	504
Outros ativos		(234)	(1.661)
Partes relacionadas		176	145
Fornecedores		2.996	1.698
Provisões	14	3.809	1.654
Obrigações fiscais		(604)	(202)
Obrigações sociais e trabalhistas		98	100
Tributos diferidos		9	32
Caixa proveniente das atividades operacionais		**61.116**	**42.371**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.307)	(2.093)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**56.809**	**40.278**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(3.936)	(8.952)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(3.936)**	**(8.952)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos	13	(205)	(204)
Aplicações financeiras vinculadas	10	(840)	(2.297)
Integralização de capital	16.a	156.460	-
Dividendos pagos	16.c	(44.537)	(18.776)
Pagamento de principal sobre financiamentos	15	(1.828)	(1.885)
Pagamento de juros sobre financiamentos	15	(5.683)	(6.753)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**103.367**	**(29.914)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**156.239**	**1.412**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.929**	**3.517**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**161.168**	**4.929**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia I Eólica S.A.

CNPJ nº 22.499.471/0001-29

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 22/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	100.089	3.856
Contas a receber de clientes	**8**	3.987	3.547
Despesas antecipadas		86	83
Adiantamentos a fornecedores		524	543
Outros ativos		308	280
Total do ativo circulante		**104.995**	**8.308**
Depósitos judiciais		2.226	2.226
Imobilizado	**10**	162.482	170.949
Intangível	**11**	1.632	1.680
Ativo de direito de uso	**12**	2.809	2.956
Total do ativo não circulante		**169.148**	**177.810**
Total do ativo		**274.143**	**186.118**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		1.695	1.965
Provisões	**13**	389	512
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Obrigações fiscais		1.784	1.692
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.170	278
Contas a pagar à partes relacionadas	**9**	166	606
Passivo de arrendamento mercantil	**12**	64	64
Dividendos a pagar	**9**	3.536	2.747
Total do passivo circulante		**8.915**	**7.939**
Provisões	**13**	1.163	1.163
Passivo de arrendamento mercantil	**12**	3.195	3.264
Provisão para contingências		1	1
Tributos diferidos		220	220
Total do passivo não circulante		**4.578**	**4.648**
Capital social		245.804	161.797
Reserva legal		4.238	3.494
Reserva de lucros		10.608	8.241
Total do patrimônio líquido	**14**	**260.650**	**173.531**
Total do passivo e patrimônio líquido		**274.143**	**186.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**161.797**	**2.916**	**7.546**	**–**	**172.258**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	11.566	11.566
Constituição de reserva legal	**14.b**	–	578	–	(578)	–
Dividendos	**14.c**	–	–	(7.546)	(2.747)	(10.292)
Constituição de reserva de lucros	**14.c**	–	–	8.241	(8.241)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**161.797**	**3.493**	**8.241**	**–**	**173.531**
Integralização de capital	**14.a**	84.007	–	–	–	84.007
Lucro líquido do exercício		–	–	–	14.888	14.888
Constituição de reserva legal	**14.b**	–	744	–	(744)	–
Dividendos	**14.c**	–	–	(8.241)	(3.536)	(11.777)
Constituição de reserva de lucros	**14.c**	–	–	10.608	(10.608)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**245.804**	**4.238**	**10.608**	**–**	**260.649**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	**15**	30.604	30.406
Custo da geração de energia	**16**	(17.836)	(16.979)
Lucro operacional bruto		**12.769**	**13.427**
Despesas gerais e administrativas	**16**	(627)	(691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**16**	(66)	(71)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**12.076**	**12.665**
Receitas financeiras	**17**	6.171	224
Despesas financeiras	**17**	(297)	(308)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**5.874**	**(84)**
Resultado antes dos impostos		**17.950**	**12.581**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	(3.062)	(1.003)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	–	(12)
Lucro líquido do exercício		**14.888**	**11.566**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0795	0,0923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.888	11.566
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	14.888	11.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha – Diretora

Zhigang Yao – Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**14.888**	**11.566**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	**10**	8.803	9.175
Juros de arrendamentos		280	286
Provisão ressarcimento de energia	**15**	–	(365)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	3.062	1.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	–	12
		27.033	**21.676**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(441)	580
Depósito judicial		–	22
Despesas antecipadas		(3)	(76)
Adiantamentos a fornecedores		18	(49)
Outros ativos		(28)	(163)
Partes relacionadas		(440)	181
Fornecedores		(270)	712
Provisões	**13**	(123)	–
Obrigações fiscais		(65)	(100)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		–	25
Caixa proveniente das atividades operacionais		**25.718**	**22.845**
Impostos pagos sobre o lucro		(2.014)	(1.073)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**23.704**	**21.772**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**10**	(140)	(219)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(140)**	**(219)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos		(350)	(350)
Integralização de capital	**14.a**	84.007	–
Dividendos pagos	**14.c**	(10.987)	(18.214)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**72.670**	**(18.564)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**96.233**	**2.990**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**3.856**	**866**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**100.089**	**3.856**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cristalândia II Eólica S.A.

CNPJ nº 23.049.225/0001-38

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 22/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	229.658	32.685
Contas a receber de clientes	**8**	8.032	7.080
Despesas antecipadas		187	186
Adiantamentos a fornecedores		1.063	1.050
Tributos e contribuições a compensar		5	5
Outros ativos		**475**	**461**
Total do ativo circulante		**239.419**	**41.466**
Tributos e contribuições a compensar		1.217	1.217
Depósitos judiciais		124	124
Imobilizado	**10**	357.246	375.170
Intangível	**11**	3.231	3.359
Ativo de direito de uso	**12**	5.175	5.434
Total do ativo não circulante		**366.994**	**385.304**
Total do ativo		**606.413**	**426.770**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		2.280	3.628
Provisões	**13**	2.217	2.562
Obrigações sociais e trabalhistas		222	152
Obrigações fiscais		835	766
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.613	671
Contas a pagar à partes relacionadas	**9**	332	200
Passivo de arrendamento mercantil	**12**	105	105
Dividendos a pagar	**9**	8.056	6.225
Total do passivo circulante		**16.660**	**14.309**
Provisões	**13**	1.693	1.678
Passivo de arrendamento mercantil	**12**	5.891	6.005
Provisão para contingências		2	2
Tributos diferidos		447	441
Total do passivo não circulante		**8.033**	**8.125**
Capital social		547.808	377.612
Reserva legal		9.745	8.049
Reserva de lucros		24.168	18.675
Total do patrimônio líquido	**14**	**581.721**	**404.336**
Total do passivo e patrimônio líquido		**606.413**	**426.770**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**377.612**	**6.738**	**38.440**	**–**	**422.790**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	26.211	26.211
Constituição de reserva legal	**14.b**	–	1.311	–	(1.311)	–
Dividendos	**14.c**	–	–	(38.440)	(6.225)	(44.665)
Constituição de reserva de lucros	**14.c**	–	–	18.675	(18.675)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**377.612**	**8.048**	**18.675**	**–**	**404.336**
Integralização de capital	**14.a**	170.196	**–**	**–**	–	170.196
Lucro líquido do exercício		–	–	–	33.920	33.920
Constituição de reserva legal	**14.b**	–	1.696	–	(1.696)	–
Dividendos	**14.c**	–	–	(18.675)	(8.056)	(26.731)
Constituição de reserva de lucros	**14.c**	–	–	24.168	(24.168)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**547.808**	**9.745**	**24.168**	**–**	**581.721**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	**15**	63.529	61.690
Custo da geração de energia	**16**	(35.934)	(32.632)
Lucro bruto		**27.595**	**29.058**
Despesas gerais e administrativas	**16**	(1.298)	(1.093)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**16**	(116)	(66)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**26.181**	**27.900**
Receitas financeiras	**17**	15.614	1.492
Despesas financeiras	**17**	(546)	(560)
Receitas financeiras líquidas		**15.068**	**932**
Resultado antes dos impostos		**41.249**	**28.832**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	(7.325)	(2.420)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	(3)	(201)
Lucro líquido do exercício		**33.920**	**26.211**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0843	0,0932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.920	26.211
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	33.920	26.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha – Diretora

Zhigang Yao – Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**33.920**	**26.211**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	**10**	19.302	16.775
Juros de arrendamentos		515	524
Provisão ressarcimento de energia	**15**	15	(362)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**18**	7.325	2.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**18**	3	201
		61.081	**45.769**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(952)	7
Tributos e contribuições a compensar		–	(5)
Despesas antecipadas		(1)	(186)
Adiantamentos a fornecedores		(13)	21
Outros ativos		(14)	(334)
Partes relacionadas		132	109
Fornecedores		(1.348)	1.147
Provisões	**13**	(346)	–
Obrigações fiscais		(573)	(754)
Obrigações sociais e trabalhistas		71	75
Tributos diferidos		7	441
Caixa proveniente das atividades operacionais		**58.044**	**46.290**
Impostos pagos sobre o lucro		(4.745)	(1.920)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**53.299**	**44.370**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**10**	(993)	(222)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(993)**	**(222)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos		(629)	(629)
Integralização de capital	**14.a**	170.196	–
Dividendos pagos	**14.c**	(24.900)	(40.778)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**144.667**	**(41.407)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**196.973**	**2.741**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**32.685**	**29.944**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**229.658**	**32.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

autojornal
o dia a dia motorizado
EDIÇÃO: 664 6 A 12 DE ABRIL DE 2024

Nacionais

SUV Renault Kardian

O Kardian é o primeiro veículo produzido no Brasil com a nova identidade visual da Renault, traz o novo motor turbo TCe de 125 cv com 220 Nm e o novo câmbio automático de dupla embreagem úmida. O Kardian é um carro completamente novo, moderno e tecnológico, que chega para competir no segmento B-SUV.

O Kardian se diferencia pelas inovações e recursos normalmente encontrados no segmento superior, como o freio de estacionamento eletrônico, a alavanca de marchas do tipo "e-shifter" e as regulagens do sistema Multi-Sense que permitem customizar a condução e o ambient lighting, com personalização com oito cores diferentes, além das regulagens do sistema de direção e da resposta do conjunto motor/câmbio.

Além disso, o Kardian traz seis airbags de série em todas as versões e 13 sistemas avançados de assistência ao motorista (ADAS).

Baseada no formato de losango, a grade frontal exibe desenhos em formato de "diamante", graças aos vários pequenos losangos com efeito 3D, cujos reflexos são acentuados pela cor preta com acabamento Black Piano, na versão première edition.

Parte integrante da nova identidade de marca da Renault, a assinatura luminosa do Kardian apresenta dois módulos de cada lado, na frente. O módulo superior apresenta uma faixa estreita com os faróis de rodagem diurna (DRL) e os piscas – todos de LED –, criando um efeito esculpido e moderno. O módulo inferior também apresenta faróis "full LED", que otimizam o conforto ao dirigir e conferem um visual único ao veículo.

A traseira exibe a assinatura luminosa que caracteriza os modelos da Renault, com as lanternas em formato de C, destacando o espírito SUV e a modernidade do Kardian.

Com uma silhueta robusta e compacta ao mesmo tempo, o Kardian mistura linhas esculpidas e formas arredondadas com os elementos característicos dos SUVs como barras de teto, capô horizontal esculpido e para-choque reforçados pelos protetores. Na traseira, o teto recurvado e o vidro inclinado conferem dinamismo à silhueta e os ombros mais marcados dão uma sensação ainda maior de robustez ao veículo.

A funcionalidade das barras de teto é destaque no Kardian. Montadas no sentido longitudinal, elas podem ser transformadas em barras transversais, integrando-se perfeitamente de modo funcional e estético. Com um auxílio de uma ferramenta específica, que vem junto com o Kardian, a mudança da posição se torna uma tarefa bastante simples. Estas barras podem suportar até 80 quilos de carga.

Com um comprimento de 4,12 m (1,75 m de largura e 1,54 m de altura), o Kardian está posicionado no segmento B. Estas dimensões fazem dele o modelo ideal para um uso na cidade. Além disso, os bons ângulos de ataque e saída de 20° e 36°, respectivamente, fazem dele um veículo versátil e adequado para todos os trajetos.



A generosa distância entre eixos (2,60 m), a melhor entre os concorrentes diretos, permite também maximizar o espaço interno, beneficiando principalmente os ocupantes traseiros. Com 358 litros (VDA), o volume do porta-malas é mais um dos pontos altos de sua versatilidade.

A modernidade do Renault Kardian também aparece no perfil, com linhas audaciosas reforçadas por aros de rodas de liga leve diamantados de 17 polegadas, nas versões techno e première edition. Bicolores, elas misturam o alumínio preto e brilhante com várias pequenas facetas diamantadas, criando um contraste de luminosidade.

Com design moderno e elegante, o interior do Kardian alia conforto e praticidade. O console mais alto confere um visual sofisticado ao modelo. Este console tem uma capacidade de oito litros para a armazenagem de objetos, integrando um apoio de braço e quatro entradas USB (duas na frente e duas para os passageiros traseiros) disponíveis já na versão techno. Ele também oferece um espaço especialmente dedicado ao smartphone, com um sistema de recarga por indução sem fio com resfriamento, presente na versão première edition.

A alavanca de marchas é do tipo "e-shifter" (sem acionamento mecânico), acionada por meio de um simples toque na manopla de comando. O formato de joystick é inspirado no universo dos videogames, favorecendo uma utilização fluida e intuitiva que dá um toque ainda mais tecnológico e sofisticado à cabine do veículo.

Outro importante elemento do design interno é o freio de estacionamento eletrônico disponível a partir da versão techno. Além de contribuir para a modernidade da cabine, este item também beneficia o aproveitamento do espaço para os porta-copos, que é removível, aumentando a capacidade do console.

A interface do painel de instrumentos digital de 7" apresenta todas as informações sobre a condução. O motorista pode escolher entre três modos de visualização: um traz as informações dos sistemas de assistência ao condutor (ADAS), outro destaca o conta-giros e um terceiro prioriza a velocidade com design minimalista.

A central multimídia de 8" com design flutuante oferece conexão Android Auto e Apple CarPlay com e sem fio permitindo que os aplicativos de condução e entretenimento do smartphone sejam utilizados diretamente na tela, com uma resposta rápida aos comandos do usuário.

Esta tela também oferece acesso às regulagens do exclusivo sistema Multi-Sense. Assim, o comportamento e o ambiente a bordo do veículo mudam de acordo com a vontade do condutor, que pode escolher entre três modos de condução: Eco, Sport e My Sense (personalizável) oferecido na versão première edition.

Somado a esses modos de condução, o ambient lighting presente na versão première edition, permite a escolha de oito opções de cores para o fundo da tela do painel de instrumentos, que se harmoniza com iluminação em LED dos painéis das portas dianteiras, valorizando o design interno do Kardian.

Nas versões techno e première edition o Kardian traz sistema de áudio com seis alto falantes (dois boomers e dois tweeters na dianteira e dois coaxiais na parte traseira) especialmente desenvolvido para a cabine do modelo, com o objetivo de oferecer alta fidelidade, som espacial e cristalino, respeitando o timbre original das músicas e em qualquer volume. A calibração do conjunto resultou em um palco sonoro apurado e elevado, com equilíbrio entre as frequências graves, médias e agudas, inclusive para os ocupantes do banco traseiro, permitindo uma experiência sonora encontrada apenas em sistemas de áudio premium.

O Kardian oferece uma experiência de direção confortável, silenciosa e agradável para o uso diário, porém ajustada com precisão para uma condução mais firme e esportiva caso seja o perfil do cliente. Essa calibragem também leva em consideração a versatilidade do Kardian, permitindo uma rodagem segura e confiável em diferentes tipos de piso, incluindo incursões off-road leves.

Para garantir o melhor conforto dinâmico, a calibragem abrangeu desde a densidade da espuma dos assentos, passando pela rigidez dos elementos de suspensão, calibragem e configuração de molas e amortecedores, chegando até ao desenvolvimento de pneus específicos para o Kardian.

O Renault Kardian oferece a possibilidade de escolher entre três modos de condução, através da tela do multimídia ou de um botão. Cada modo é otimizado para um estilo ou situação de condução específica: My Sense (personalizável), Eco e Sport. O sistema atua na calibração do sistema de direção, do motor e da caixa de câmbio ajustando diversas configurações, como resposta do pedal do acelerador, esforço de direção, display do painel de instrumentos do motorista e iluminação ambiente.

Tecnologias inteligentes a serviço da segurança

Graças à nova arquitetura eletroeletrônica da nova plataforma modular do Renault Group, o Kardian traz 13 dispositivos avançados de assistência ao motorista (ADAS): Controle de velocidade adaptativo (ACC); Alerta de colisão frontal (FCW); Frenagem automática de emergência (AEB); Alerta de distância segura (DW); Alerta de ponto cego (BSW); Câmera multiview; Câmera de estacionamento traseira; Sensor de estacionamento traseiro; Sensor de estacionamento frontal; Sensor crepuscular; Controlador de velocidade; Limitador de velocidade; e Assistente de partida em rampa (HSA).

A segurança passiva também é destaque no Kardian graças aos seis airbags: dois frontais (condutor e passageiro), dois laterais e dois do tipo cortina, que é item de série em todas as versões. Na segurança ativa, destaque ainda para o controle eletrônico de estabilidade (ESP) de última geração que entra em ação quando detecta que o veículo não está seguindo a trajetória detectada pelas manobras do condutor na direção.

Prazer ao dirigir

O novo motor turbo TCe 1.0 flex do Kardian faz parte da mesma família do motor turbo TCe 1.3 flex, desenvolvido em parceria com a Daimler. Esses dois propulsores compartilham 70% de componentes, tendo como características um alto torque em baixas rotações e baixo consumo de combustível. O motor turbo 1.0 entrega 125 cv de potência e 220 Nm de torque, sendo 200 Nm (90% da força máxima) já disponível a 1.750 rpm.

O eficiente propulsor do Kardian traz as mesmas tecnologias que a Renault desenvolveu nas pistas da Fórmula 1, como a injeção direta central com 200 bar de pressão, turbocompressor com válvula wastegate eletrônica e duplo comando de válvulas variável com atuadores elétricos, que garantem uma combustão otimizada com mais performance e menos consumo de combustível.

O Kardian com o motor turbo TCe 1.0 flex é o mais econômico do segmento no consumo urbano: 13,1 km/l com gasolina e 9 km/l com etanol, segundo dados do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do Inmetro, e, também, o que tem a melhor eficiência energética com 1,59 MJ/km.

Além da economia de combustível graças também ao sistema Start & Stop, a combinação com o câmbio automático com dupla embreagem EDC (Efficient Dual Clutch) proporciona um prazer de dirigir ainda maior, com baixo consumo e emissões de CO2 reduzidos.

A conexão do câmbio EDC com o motor turbo flex se dá por meio de um sistema de volante bimassa que proporciona amortecimento de vibrações, tornando a condução mais confortável.

Outra característica importante é que a unidade de controle do câmbio EDC e a embreagem úmida (banhada a óleo) são integradas. A embreagem úmida trabalha com uma embreagem multidisco resfriada, que é acionada e lubrificada pelo óleo lubrificante. Esse tipo de embreagem é utilizada em veículos com motores de maior toque, pois o óleo da embreagem é resfriado pelo sistema de refrigeração do motor e câmbio.

Versões e preços

evolution turbo TCe câmbio EDC – R$ 112.790

techno turbo TCe câmbio EDC – R$ 122.990

première edition turbo TCe câmbio EDC – R$ 132.790

Truck

Fiat apresenta picape Titano

A Fiat movimentou o mercado com o lançamento da Nova Fiat Titano. O modelo chegou para completar o portfólio de picapes da marca, expandir a participação no mercado e ainda colocar a Fiat em um novo segmento, o de D-picapes. Para isso, a Titano conta com muita robustez, tecnologia, design atraente e o maior volume de caçamba da categoria.

Com um design único e robusto, a grandiosidade da picape de cabine dupla pode ser vista logo de cara. Afinal, a Nova Fiat Titano tem 5.330 mm de comprimento, 2.221 mm de largura (com espelhos), 1.898 mm de altura (com barras longitudinais) e 3.180 mm de distância entre eixos.

Com atributos de um verdadeiro 4x4, a picape possui 235 mm de distância do solo, 29° de ângulo de entrada e 27° de ângulo de saída. Outro destaque é a caçamba, que traz simplesmente o maior volume da categoria, com capacidade de 1.314 l (NET) sem protetor de caçamba (1.211 l com o item). Ela possui 1.630 mm de comprimento, 1.925 mm de largura e 500 mm de altura. Para completar, também é equipada com santantônio, protetor e capota marítima.

A Titano também conta com rodas de liga-leve de até 18", que além de darem um ar mais robusto à picape, também possuem grande funcionalidade na utilização off-road e ao carregar cargas mais pesadas. Falando nisso, a picape possui capacidade de carga de mais de uma tonelada, mais precisamente, de 1.020 kg e 3.500 kg de reboque.

Com acabamento premium por dentro e por fora, a Nova Fiat Titano tem a frente composta pela nova grade, a assinatura dos faróis DRL LED e o skidplate completam o visual frontal do modelo. Externamente, o conjunto de maçanetas e retrovisores cromados com o estribo lateral adicionam ainda mais requinte à picape.

Por dentro, são 27 litros de porta-objetos – um dos maiores espaços da categoria, divididos de forma inteligente para facilitar o dia-dia do motorista e passageiros com espaços para armazenamento até abaixo dos bancos. Também há ganchos retráteis nas costas dos bancos dianteiros, que podem ser usados para pendurar bolsas ou mochilas de até 4 kg, que evitam que o objeto caia durante a condução.

O painel é um show à parte com cluster com tela digital colorida 4.2" e central multimídia de 10", voltados para o motorista, o que garante ainda mais praticidade no uso e funcionalidade. Além disso, ainda é possível conectar e carregar dispositivos eletrônicos através das duas entradas USB acessíveis diretamente no console central.

Os bancos são de couro de alta qualidade com costuras que realçam o requinte do modelo. Os assentos dianteiros possuem ajuste elétrico garantindo um conforto extra. Já os traseiros, são modulares e podem ser rebatidos, o que permite capacidade de transporte de até 100kg atrás da segunda fileira de bancos. Vale dizer o volante multifuncional também é em couro e traz o Fiat Script.

A nova picape da Fiat está disponível nas cores metálicas Vermelho Tramonto, Preto Carbon e Prata Billet, além da sólida Branco Ambiente.

Tecnologia e segurança

A Nova Fiat tem central multimídia de 10" que pode ser personalizada e navegação embarcada TomTom, que facilita o acesso as várias configurações do carro, além de contar com Apple Carplay™ e Android Auto™, para conexão com o celular. Conta ainda com cluster com tela digital 4.2" com tela colorida, ar-condicionado digital dual zone e keyless entry'n go (chave presencial com partida por botão). Além disso, traz também alerta de posição do volante, que avisa e orienta o motorista para alinhar a direção antes de sair com o carro, útil para evitar pequenas colisões ao sair de vagas.

A câmera 360° off-road é outro importante diferencial. Além de auxiliar o motorista na hora de estacionar, é ativada automaticamente quando obstáculos são detectados durante a direção. Tudo isso graças às quatro câmeras distribuídas no exterior do veículo, que garantem que esteja pronta para enfrentar qualquer terreno. Vale ressaltar que ela é a única do seu segmento a possuir este recurso.

O modelo conta com seis airbags, sete alças de segurança e recursos que auxiliam para uma direção mais segura. Além disso, a picape traz alerta de saída de faixa, que, por meio de uma câmera, reconhece linhas contínuas ou descontínuas, analisa a imagem e aciona um alerta visual e sonoro em caso de desvio de direção. Outra funcionalidade é o "Hill Descent Control" (HDC), assistente para descidas que permite um controle perfeito e seguro da Titano e da sua trajetória em declives acentuados. O sistema permite a descida do veículo em baixa velocidade, proporcionando mais controle e segurança.

A Nova Fiat Titano conta também com detector de pressão dos pneus (TPMS). O recurso garante que o motorista seja informado continuamente em caso de perda de pressão em um ou mais pneus diretamente na tela da picape, além de avisar sobre um possível furo antes que o pneu esvazie totalmente. Esta é uma vantagem em termos de segurança fora de estrada e ajuda a manter a pressão ideal para controlar o consumo de combustível.



Para completar, a Titano é equipada com ESP (Electronic Stability Program), que garante maior estabilidade e segurança na condução, assistente de partida em rampa (hill start assist), controle de tração e o Trailer Swing Control, que traz estabilidade para o reboque. O ABS com EBD (Antilock Braking System com Electronic Brakeforce Distribution) é outro recurso que contribui para a segurança no veículo, garantindo uma frenagem mais eficiente e segura.

Performance

Muito robusta, a Titano possui ótima performance off-road e está pronta para encarar qualquer desafio. Para otimizar a tração em qualquer condição de aderência e carga, a picape conta com uma verdadeira caixa de transferência e bloqueio manual do diferencial traseiro. É possível selecionar três modos de tração: 2H (2 High Speed) em que a tração fica 100% nas rodas traseiras; 4H (4 High Speed) que é utilizada quando o veículo está em terrenos desafiadores e 4H (4 Low Speed) ideal para quando é necessário maior torque, principalmente em condições extremas de off-road. Impulsionada pelo motor 2.2l Turbodiesel de 180 cv e 40,8 kgfm (37,7 kgfm na versão manual).

A suspensão dianteira tem novas molas e a traseira tem feixe de molas para mais conforto, robustez e durabilidade. A picape absorve um alto nível de impactos e vibrações externas, garantindo uma capacidade superior ao mercado para assimilar as imperfeições do solo, sem transmiti-las aos ocupantes do veículo.

Versões

As três versões da Nova Fiat Titano (Endurance, Volcano e Ranch) possuem cabine dupla e contam com o motor 2.2l Turbodiesel e tração 4x4, além de uma ampla lista de itens de série. Conheça abaixo mais sobre cada uma delas.

Fiat Titano Endurance – R$ 219.990

A versão conta com câmbio manual de seis marchas. Ela já traz assistente de partida em rampa (Hill start assist), assistente de descida (Hill Descent Control) e controle de tração (TC). Inclui ainda assoalho em vinil que não apenas facilita a limpeza, mas também se destaca como uma escolha ideal para veículos de trabalho. Sua versatilidade é evidenciada pelos bancos traseiros modulares e rebatíveis, que também possui compartimentos de armazenamento abaixo dos bancos, proporcionando soluções práticas para organização. Traz também a facilidade de porta-luvas refrigerado e apoios de braço dianteiro e traseiro. Complementando o visual, as rodas de aço pretas de 17" conferem um toque robusto e mais adequado ao conjunto.

Fiat Titano Volcano – R$ 239.990

Além de todos os itens da Endurance, a Volcano conta com uma dose extra de tecnologia, segurança e conforto. Isso porque ela é equipada com protetor de caçamba, capota marítima, câmera 180° off-road perfeita para estacionar e auxiliar na direção graças às câmeras no retrovisor direito e na traseira, central multimídia de 10", cluster com tela digital colorida de 4,2", sensor traseiro e faróis de neblina. Vale dizer que na Volcano o câmbio automático substitui o manual. No visual, também traz ainda mais requinte com bancos de couro, rodas de liga leve de 17" diamantada, assoalho em carpete, volante multifuncional com acabamento black piano e em couro, maçanetas exteriores e retrovisores na cor da carroceria e para-choque traseiro cromado.

Fiat Titano Ranch – R$ 259.990

A versão topo de linha da Titano traz recursos para aqueles que gostam de uma aventura fora da estrada. Pensando neste público, a Ranch vem equipada com câmera 360° off -road e rodas de liga-leve de 18". Além disso, também sai de fábrica com monitoramento de pneus, sensor dianteiro, aviso de saída de faixa, keyless entry n´go, sensor de chuva, faróis, lanternas e DRL em LED, ar-condicionado automático digital dual zone, estribos laterais, capota marítima e santo antônio cromado com barras de proteção dos vidros.

Garantia, revisões e acessórios

A Titano entra para a história como o primeiro modelo da Fiat a oferecer cinco anos de garantia de fábrica.

Em relação às revisões, devem ser feitas a cada um ano ou 10.000 km. Os valores são os mesmos para todas as versões: R$ 1.835 para a primeira, R$ 1.802 para a segunda, R$ 1.529 para a terceira, R$ 2.161 para a quarta, R$ 2.075 para a quinta e R$ 1.802 para a sexta.

Estreando no segmento em que os clientes mais gostam de customização, a Nova Fiat Titano traz também muitas novidades da Mopar, marca de peças e acessórios originais da Stellantis. O modelo conta com um portfólio de mais de 40 acessórios desenvolvidos com foco em funcionalidade para que o cliente possa aproveitar ainda mais a experiência com sua picape no dia a dia.

Como destaques para trazer ainda mais tecnologia estão a capota elétrica, estribo elétrico e carregador wireless com entrada USB-C. Já para o uso off-road, estão disponíveis, por exemplo, o engate de reboque para 3,5 toneladas, estribos laterais (5 opções), Santo Antônio (preto e cromado) e extensor de caçamba 3 em 1, que, além de aumentar a capacidade volumétrica da caçamba em 230 litros, também entrega a funcionalidade de se transformar em um divisor do espaço e em uma rampa para facilitar o acesso à caçamba para carregar uma moto, por exemplo. Para completar, ainda existem os acessórios para o cliente personalizar a Nova Fiat Titano, como o alargador de para-lama, overbumper, barra transversal de teto, molduras e adesivos.